

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JIHAD KASSEN SOUZA EL SAYED

Cotidiano Marginal: destituição absoluta e inserção alienada da população em situação de rua no seio da sociedade urbana

Marginal everyday life: absolute destitution and alienated insertion of homeless people within urban society

São Paulo

2024

JIHAD KASSEN SOUZA EL SAYED

Cotidiano Marginal: destituição absoluta e inserção alienada da população em situação de rua no seio da sociedade urbana

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Cesar
Ricardo Simoni Santos

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E274c El Sayed, Jihad Kassen Souza
Cotidiano Marginal: destituição absoluta e
inserção alienada da população em situação de rua no
seio da sociedade urbana / Jihad Kassen Souza El
Sayed; orientador Cesar Ricardo Simoni Santos - São
Paulo, 2024.
58 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. População em situação de rua. 2. Cotidiano. 3.
Centralidade. 4. Territorialização. 5. Moradia. I.
Santos, Cesar Ricardo Simoni, orient. II. Título.

EL SAYED, JIHAD KASSEN SOUZA. **Cotidiano Marginal:** destituição absoluta e inserção alienada da população em situação de rua no seio da sociedade urbana. Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

A todos aqueles que morreram lutando
bravamente por sua terra. Ao Líbano, à
Palestina.

AGRADECIMENTOS

Ingressei na Geografia em 2020, justamente no primeiro ano da pandemia de Covid-19, foram anos conturbados e acabei me aproximando das discussões de temática urbana, sobretudo com a realização das disciplinas relacionadas. Nesses tempos mantive a convicção na oportunidade de contribuir com a produção de conhecimento e a possibilidade de me desenvolver como pesquisador, o que sustentou todo o período em que estive na Universidade de São Paulo. Porém, nada disso teria acontecido sem o apoio daqueles que tornaram tudo isso possível. Nesses agradecimentos, considero impossível contemplar todos que me acompanharam durante minha graduação.

Em primeiro lugar, agradeço imensamente minha mãe, Vanda, que sempre costumou dizer que um dia eu estudaria na USP. Quando criança, não sabia muito bem o que isso queria dizer, sempre encarei como mais um desejo de mãe que quer o melhor para o filho. Agora, realizo seu desejo, sendo o primeiro da família a se graduar em uma universidade pública. Agradeço imensamente ao meu pai, Kassen, que sempre acreditou em minhas convicções, apoiou e celebrou comigo minhas conquistas. A eles, dedico tudo.

Agradeço grandemente minha tia Lucilia, minha madrinha, Valéria, e meu padrinho, Marco, que, com muito amor, incentivaram esse percurso. Agradeço à minha avó, Buchra, que mesmo distante, emanava seu amor e carinho. Agradeço à Beatriz, que esteve comigo e me apoiou no meu propósito.

Agradeço imensamente ao mestre e orientador Cesar Simoni, por possibilitar o despertar de um olhar crítico do mundo através das lentes da Geografia, o que, no horizonte, proporcionou ferramentas para meu desenvolvimento enquanto pesquisador. Agradeço à PIBIC/CNPq, pelo financiamento que garantiu a realização de boa parte dessa pesquisa, e que ainda me manteve persistindo na continuação do curso durante o período pandêmico.

Gostaria de agradecer a todas as pessoas em situação de rua com quem tive contato, sobretudo por ceder seu tempo para as entrevistas utilizadas aqui. A todos os colegas com que troquei experiências, foi um grande aprendizado.

Agradeço, especialmente, meus amigos que compartilharam comigo angústias

e prazeres da vida universitária – Maria, Guilherme, Kaique, Pedro(s), Geovanny, e à tantos outros e outras, meu muito obrigado. Agradeço à Cati, com quem mais de perto compartilhei momentos bons e ruins desta pesquisa.

Agradeço, profundamente, à Fernanda que gentilmente realizou a revisão desse texto. Agradeço à meu amigo Dawson que, além do companheirismo e amizade, produziu todos os mapas utilizados nesse trabalho, o que foi fundamental para o estudo aqui desenvolvido.

A todos e todas que, de alguma forma, estiveram presentes nesses 5 anos de graduação. Foram anos em que tive a oportunidade de buscar entender o mundo de um ponto de vista que somente a Geografia é capaz de proporcionar. Seguimos com o desafio da transformação social, com muita luta e coragem para vencer.

E venceremos.

*“Uma forma conveniente de travar
conhecimento com uma cidade é procurar
saber como se trabalha, como se ama e
como se morre”*

Albert Camus

RESUMO

SAYED, Jihad Kassen Souza. **Cotidiano Marginal:** destituição absoluta e inserção alienada da população em situação de rua no seio da sociedade urbana. 2024. 58 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

O presente trabalho tem como objetivo compreender como acontecem os movimentos de destituição do urbano e também o processo de territorialização da população em situação de rua na cidade de São Paulo. Para isso, foi realizada uma ampla revisão da bibliografia de caráter crítico relacionada à produção do espaço urbano, baseando-se nos conceitos de cotidiano, centralidade e no estudo da questão da moradia. Os trabalhos de campos tiveram orientação metodológica qualitativa, e as análises obtidas permitiram observar que o processo de territorialização se dá a partir do desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, encontrando no centro da cidade um conjunto de elementos necessários à reprodução da vida. A interdição da moradia permite compreender que a condição das pessoas que vivem nas ruas pode ser interpretada como *segregação do cotidiano*, uma vez que esse segmento populacional experimenta a vida com acentuada precariedade no seio da sociedade urbana.

Palavras-chave: População em situação de rua; cotidiano; centralidade; territorialização; moradia.

ABSTRACT

SAYED, Jihad Kassen Souza. **Marginal everyday life:** absolute destitution and alienated insertion of homeless people within urban society. 2024. 58 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

The present research aims to understand how urban destitution movements happens and also the process of territorialization of the homeless population in the city of São Paulo. To this end, a broad review of the critical literature related to the production of urban space was carried out, based on the concepts of everyday life, centrality and the study of the housing issue. The field work had a qualitative orientation, and the analyzes obtained allowed us to observe that the process of territorialization happens through the development of survival strategies, finding in the city center a set of elements necessary for the reproduction of life. The interdiction on housing allows us to understand that the condition of people living on the streets can be interpreted as *segregation from everyday life*, since this population segment experiences life with marked precariousness within urban society.

Key-words: Homeless people; everyday life; centrality; territorialization; housing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da distribuição espacial da população em situação de rua na cidade de São Paulo.	34
Figura 2	Tabela da distribuição da população em situação de rua por tempo de permanência nas ruas da cidade de São Paulo.	35
Figura 3	Tabela de dados da distribuição da população em situação de rua por tempo de permanência no serviço institucional.	36
Figura 4	Mapa da relação entre a concentração da população em situação de rua e a distribuição dos Centros de Acolhida na cidade de São Paulo.	38
Figura 5	Tabela de dados da presença de pessoas em situação de rua próximas a pontos de moradia improvisada.	40
Figura 6	Moradia improvisada e objetos de pessoas em situação de rua observado sob o elevado Presidente João Goulart.	46
Figura 7	Barraca de uma pessoa em situação de rua instalada em frente à uma agência bancária do Itaú, na Praça da República.	48
Figura 8	Carros da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana rondando a região da Praça da República, onde é possível ver objetos de pessoas em situação de rua.	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO ENQUANTO VIOLÊNCIA E A QUESTÃO DA MORADIA NO EXAME DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	18
3. SEGREGAÇÃO DO COTIDIANO: TERRITORIALIZAÇÃO E INSERÇÃO ALIENADA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO	24
4. RESULTADOS E ANÁLISES.....	33
4.1 Dinâmicas de territorialização da população em situação de rua.....	34
4.2 Perfil populacional das pessoas em situação de rua e suas estratégias de sobrevivência	43
4.3 Entrevistas e trabalho de campo.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6. REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

“Se o realismo capitalista é tão fluido, e se as formas atuais de resistência são tão desesperançosas e impotentes, de onde poderia vir um desafio efetivo? Uma crítica moral ao capitalismo, enfatizando as maneiras pelas quais ele gera miséria e dor, apenas reforça o realismo capitalista. Pobreza, fome e guerra podem ser apresentadas como aspectos incontornáveis da realidade, ao passo que a esperança de um dia eliminar tais formas de sofrimento pode ser facilmente representada como mero utopismo. O realismo capitalista só pode ser ameaçado se for de alguma forma exposto como inconsistente ou insustentável, ou seja, mostrando que o ostensivo ‘realismo’ do ‘capitalismo’ na verdade não tem nada de realista.”

Mark Fisher, 2023

Os debates que se aplicam na compreensão do desenvolvimento do sistema capitalista exigem, a partir da constituição do espaço nas dinâmicas da acumulação do capital, uma pesquisa que leve em consideração a predominância da realidade urbana. Em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 80% da população brasileira residia em aglomerações urbanas e isso, apesar dessa não ser a definição do termo “urbano” utilizada neste trabalho, visto que a base teórica parte da noção da produção do espaço enquanto mercadoria, tendo no urbano das sociedades capitalistas a realização desse processo. Isso, no horizonte, permite direcionar nosso pensamento por intermédio de uma realidade urbana fundamentada na mobilização de elementos que compõem a formação socioespacial

latinoamericana.

Neste trabalho, destacamos a particularidade das estratégias da produção do espaço contemporâneo na composição da cidade de São Paulo, partindo de uma análise crítica do processo da urbanização de um país periférico do capitalismo. Assim, será possível construir um movimento que possibilite o aprofundamento sobre o debate da população em situação de rua, de maneira a contribuir para os estudos da atual conjuntura da realidade urbana brasileira.

Segundo o levantamento realizado em junho de 2024 pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cerca de 80.369 pessoas vivem nas ruas do município de São Paulo. Esse número alarmante aponta para a intensificação da degradação da vida na metrópole paulistana, expondo a questão estrutural da produção do espaço capitalista. O agravamento da desigualdade social impossibilita a reprodução da vida de forma plena a milhares de pessoas que, ao se depararem com a dificuldade de arcar com os custos de uma moradia digna, acabam, inevitavelmente, em situação de rua, sendo marcadas pela miséria e pela fome.

É crucial, portanto, a convocação da Geografia para o estudo desse processo, sobretudo por possibilitar uma análise baseada na espacialização da desigualdade socioespacial na cidade de São Paulo. Nessa perspectiva, Carlos (2022), em sua investigação sobre a reprodução do espaço urbano na realidade brasileira, aponta que

Na metrópole contemporânea brasileira - onde a segregação ganha dimensão mais profunda-, constata-se a passagem que vai do mundo estranho dos objetos (o processo de produção de mercadorias orientando as relações sociais) à reprodução do espaço urbano em fragmentos como extensão do mundo da mercadoria a todas as esferas da vida como condição da realização da reprodução capitalista. Nesse momento, o espaço passa a ser produzido como mercadoria, em si, como momento necessário de efetivação da acumulação (CARLOS, 2022, p. 96).

Do ponto de vista de Sampaio (2018), pensar a sociedade urbana brasileira implica, necessariamente, um olhar atento às contradições estruturantes do modo capitalista de produção do espaço. A produção do espaço urbano adquire um caráter eminentemente violento no momento em que a terra é incorporada ao processo de acumulação capitalista, ocorrendo por meio da instituição da propriedade privada da terra. Isso, no entanto, promove a limitação do acesso à terra e a expropriação de

inúmeras pessoas, levando ao processo de segregação que se expressa espacialmente ao longo da história.

Logo, este trabalho pretende compreender como se dão os movimentos de destituição do urbano e também o processo de territorialização da população em situação em situação de rua na cidade de São Paulo, implicando uma análise dos fatores que inviabilizam a apropriação do espaço e suas estratégias de sobrevivência no seio da sociedade urbana.

Por isso, o estudo sobre as pessoas em situação de rua deve considerar tanto a questão da moradia quanto a centralidade do centro de São Paulo e o conceito de cotidiano. Esses elementos são atributos essenciais para entender a hipótese proposta aqui, que interpreta a *segregação do cotidiano* como uma condição própria da população em situação de rua. Esse ponto de vista propõe analisar a condição das pessoas que vivem nas ruas através da privação dos usos do urbano que revelam a impossibilidade de experienciar a vida cotidiana de maneira plena, tendo a interdição do acesso à moradia um dos atributos centrais desse processo. Nesse sentido, a moradia ainda se coloca como necessidade primeira na vida de qualquer indivíduo urbano, por isso

“De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar um espaço” (RODRIGUES, 1988, p. 11).

As dinâmicas de produção habitacional no contexto brasileiro, conforme argumenta Volochko (2018), são estruturadas como negócio e se consolidam como um ativo importante na fronteira dos novos negócios urbanos, os quais envolvem a articulação entre os setores imobiliário e financeiro, além do Estado. A habitação popular, portanto, não tem seu valor social contemplado de forma efetiva, visto que as políticas de acesso à moradia são entregues à iniciativa privada, sendo o Programa Minha Casa Minha Vida a realização plena desse projeto.

Nesse contexto, as medidas que deveriam visar à diminuição da desigualdade social através do acesso à moradia não se realizam, afastando aqueles que estão na posição de extrema miséria e exploração, isto é, a população em situação de rua. A moradia, do ponto de vista de Damiani (1993), é entendida como o atributo base

necessário ao advento às possibilidades da vida urbana. Sendo assim, a produção habitacional enquanto negócio revela a impossibilidade de acesso ao cotidiano pelas pessoas em situação de rua, comprometendo a segurança social necessária à reprodução da vida na cidade. No limite da sobrevivência, essas pessoas vivenciam um cotidiano marginal ou à margem do cotidiano, portanto, se estabelecem no limite do que Lefebvre (2008) nomeia como *infracotidiano*.

A interdição à moradia vivenciada pela população em situação de rua promove uma experiência empobrecida da vida, indicando a necessidade de estabelecer um conjunto de estratégias e habilidades para a sobrevivência no seio da sociedade urbana. O processo de espacialização dos que vivem nas ruas permite uma análise mais detalhada do movimento de territorialização dessa população na cidade enquanto urgência, principalmente no que diz respeito ao uso de equipamentos públicos e privados para a satisfação de necessidades básicas.

Sob essa ótica, a ocupação do centro da cidade de São Paulo por pessoas em situação de rua aponta para um conjunto de fatores que, em última instância, possibilitam e atraem a presença dessa população. A centralidade que se constitui na região central da cidade é caracterizada por uma enorme variedade de comércios de caráter popular, como bares, restaurantes, lojas, entre outros, bem como a significativa presença de grupos de doação de comida e aparelhos de assistência social, conhecidos como Centros de Acolhida. A concentração desses elementos no centro da cidade atrai as pessoas que vivem nas ruas, e isso expõe um processo contraditório de segregação que, nesse caso, acontece no núcleo da vida urbana.

O movimento contraditório de segregação que induz a ocupação na região central pelas pessoas em situação de rua pode ser pensado a partir da centralidade que se constitui no centro de São Paulo. A formação de um conjunto de elementos que viabilizam e justificam a territorialização dessas pessoas, por meio de uma experiência empobrecida da vida no *infracotidiano*, pode ser atribuída à separação da moradia, que estabelece a insegurança material na vida urbana como um atributo fundamental daqueles que vivem nas ruas, além de contribuir para o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência. Afirma-se, em vista disso, que ocorre um movimento de *segregação do cotidiano* daqueles que vivem em um contexto de extrema vulneração¹ na sociedade urbana brasileira, isto é, as pessoas que vivem nas ruas.

¹ Termo trabalho por Sotero (2011), em **Vulnerabilidade e vulneração**: população de rua, uma

2.A PRODUÇÃO DO ESPAÇO ENQUANTO VIOLÊNCIA E A QUESTÃO DA MORADIA NO EXAME DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A urbanização na sociedade capitalista nos impõe o desafio de investigar esse processo por meio de elementos que constituem o modo de produção capitalista, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo indica dois processos necessários e simultâneos: a instituição da propriedade privada (capitalista) e a expropriação dos meios de produção. Logo, esses processos têm como finalidade a formação do proprietário e do não proprietário, o que dá identidade ao modo de produção capitalista e, em essência, permite uma análise embasada, entre outras coisas, pela violência, que aparece como condição e fundamento da realização da propriedade privada da terra.

Do ponto de vista de Sampaio (2018), a propriedade privada da terra adquire centralidade quando incorporada no processo de acumulação capitalista. Esse movimento acontece graças à relação entre a instituição legal do domínio sobre a terra, que resulta na expropriação de uma parcela significativa da população como resultado lógico e histórico do processo. A autora aponta que

Essa expropriação não pode se realizar e se identificar senão pela violência. A violência não reside exatamente e somente nos meios e métodos empregados em tal empreitada, mas em todos os danos sociais, econômicos e políticos daí decorrentes. Desse modo, tal expropriação significou a impossibilidade da apropriação da riqueza socialmente produzida, mas também da fruição integral do tempo e do espaço da vida social (SAMPAIO, 2018, p.58).

Para a autora, trata-se, portanto, da relação da instituição propriedade privada/expropriação/segregação que se expressa no acesso radicalmente desigual ao espaço. No caso das cidades brasileiras, a urbanização traz evidências do poder de influência das classes dominantes ao instrumentalizar o Estado em benefício de seus próprios interesses, marcando uma grande desigualdade espacial a partir da produção do espaço concebido. A autora assinala que o problema da violência urbana permeia o processo de urbanização, ou seja, a análise deve considerar o comando desse processo, que se traduz na instrumentalização do Estado pelas classes dominantes.

A violência no processo de urbanização capitalista pode ser vista, sobretudo, nas relações de troca, que se estabelece a partir da figura do contrato que permite a

equalização formal do não equivalente. O Estado surge como uma mediação indispensável para instituir a troca, cujo objetivo é estabelecer uma igualdade entre as partes, que elas não possuem de forma natural. A mediação institucional apoiada por supostas relações de equivalência se traduz, no horizonte da democracia burguesa, em relações contratuais e institucionais. Nesse sentido, Sampaio (2018) discorre que esse processo de transformação das relações de equivalência em contratuais resulta na universalização da violência como forma e conteúdo das interações sociais no capitalismo, camuflada sob a dissimulada aparência do contrato. A autora ainda aponta que “a troca pressupõe estruturalmente um caráter violento e coercitivo, uma vez que a montagem das cadeias de equivalência só pode se realizar pela força, omitida na representação pacífica do contrato” (SAMPAIO, 2018, p.77).

Nessa perspectiva, as contradições colocadas pelo processo de urbanização capitalista aparecem como caos, desordem e incoerência, o que justifica a convocação de um planejamento urbano tecnocientífico do ponto de vista da racionalidade “eficiente”, que submete o urbano à razão, à ciência e à tecnologia a fim de abreviar os problemas da cidade. No entanto, a burocracia envolvida no planejamento está longe de sanar as necessidades da sociedade, visto que o setor representa demandas políticas e econômicas, dispensando as necessidades sociais reais.

Dentre os inúmeros problemas urbanos que o planejamento tecnocientífico pretende solucionar, damos destaque à questão da habitação. A solução do problema da moradia na sociedade capitalista ignora a prática social e o sentido qualitativo do que seria morar ou habitar, em função da urgência de planos e projetos direcionados à produção de espaços simplificados, funcionais e homogêneos. O sentido qualitativo do morar é discutido por Lefebvre (2006) através do *habitar*, que, até então, consistia em “participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras coisas, essa qualidade, esse atributo” (LEFEBVRE, 2006, p.23).

Por essa razão, o *habitar* não tem sentido na sociedade capitalista, visto que o valor qualitativo da habitação, assim como as demais necessidades sociais, é reduzido a seu aspecto econômico sob a forma mercadoria. Assim, é possível observar a atuação do Estado na criação de condições para que todo “cidadão” seja incluído nas relações de troca, seja como vendedor da mercadoria *força de trabalho*,

ou como comprador de mercadoria (*habitat*, espaço). Isso permite a inserção no cotidiano como realização da sociedade de consumo, o que significa a constituição de uma prática social caracterizada pelo repetitivo (SAMPAIO, 2018, p.76).

Isso nos leva a refletir sobre o acesso à moradia na atual conjuntura da sociedade brasileira, sobretudo as formas como se dá esse processo para a parcela mais pobre da população. As atuais dinâmicas da produção/reprodução do espaço no capitalismo indicam alguns caminhos de estudo, como aponta Volochko (2018) ao analisar a construção de moradias populares na periferia de São Paulo como necessidade de continuidade da produção ampliada da acumulação urbana, o que aprofunda as contradições nela existentes.

Para além disso, torna-se de grande importância olhar para a parcela da população de maior vulneração, ou seja, para aqueles que não possuem uma moradia e são impossibilitados de acessá-la, seja aluguel ou casa própria. As pessoas em situação de rua vivem no limite da sobrevivência, sendo indivíduos indesejados, invisibilizados pelo poder público e representados pela mídia como um dos principais problemas relacionados à violência e criminalidade urbana, o que dissimula o verdadeiro problema fundante: a apropriação privada do espaço. Ressalta-se, no entanto, o exame da população de rua nas dinâmicas de disputa pelo espaço urbano, particularmente no que diz respeito à apropriação do espaço enquanto valor de uso.

Segundo Volochko (2018), está em curso uma nova configuração da produção da moradia popular, na especificidade da atual conjuntura do capitalismo brasileiro. O avanço sistemático da fronteira urbana possibilita uma nova mercantilização habitacional, que envolve amplamente setores econômicos e financeiros, para além da participação do Estado. Ainda segundo o autor, estamos diante de um processo de reprodução das periferias baseados no tripé loteamento periférico-autoconstrução-casa própria, reproduzidos juntamente às favelas, aos conjuntos habitacionais e aos condomínios fechados luxuosos. Isso aponta para uma nova morfologia que consiste na produção imobiliária-financeira-estatista dos novos condomínios habitacionais populares.

A habitação popular de mercado, segundo Volochko (2018), consiste em conjuntos de moradias massificadas, caracterizadas pela reduzida metragem de área construída e que ocupam, geralmente, terrenos distantes das centralidades, possuindo pouquíssima infraestrutura e equipamentos urbanos no entorno. Nesses

empreendimentos, é comum a ocorrência de problemas construtivos devido à rapidez da construção e à baixa qualidade dos materiais empregados, alinhados à proposta da lógica que rege esse tipo de moradia. Portanto, para haver lucro, uma grande quantidade de imóveis deve ser produzida e comercializada o mais rapidamente possível. Há, por conseguinte, a consolidação de negócios imobiliários voltados à construção e locação de moradias populares nas periferias, reconfigurando a concentração do mercado imobiliário nos chamados bairros centrais da cidade de São Paulo.

Volochko (2018) chama atenção para a ampliação da escala de poder de atuação do setor privado no atual estágio de urbanização. Por isso, o autor determina que, neste novo momento, “a política urbana vem sendo abandonada ou está sendo entregue nas mãos dos interesses imobiliários e financeiros privados, sendo o Programa Minha Casa, Minha Vida a manifestação mais acabada deste processo” (VOLOCHKO, 2018, p. 112).

Ainda segundo o autor, a raridade do espaço é uma das bases da dinâmica espacial que explica o avanço dos empreendimentos residenciais para as periferias. Nesse contexto, é possível observar que a construção de moradias populares nas periferias resulta de um processo histórico da produção social da cidade, o que revela a escassez de terrenos nas áreas centrais e evidencia a insuficiência dos níveis de rentabilidade esperados, impulsionando a capitalização/valorização do espaço em determinadas regiões. Volochko (2018) entende que esse processo intensifica a transformação da habitação em investimento financeiro, o que distancia a moradia de seus conteúdos sociais.

Isso significa que a questão da moradia enquanto política pública é gestada como negócio, o que restringe e, no limite, impossibilita o acesso à habitação para parcela considerável da população, que não possui condições financeiras e materiais, como a população em situação de rua. Esse acontecimento não ocorre sem conflito, envolvendo sujeitos que, ao lutarem pela conquista de espaços voltados para a vida, confrontam-se com os interesses privados de produção do espaço urbano, de modo a evidenciar as práticas espaciais como um reflexo desse processo. O Estado, segundo o autor, coloca-se como um campo de mediações e disputas entre o social e econômico, em que há a prevalência do segundo, considerando que os governos articulam cada vez mais os interesses privados e potencializam o protagonismo

econômico como forma de gestão/administração urbana. “Há uma naturalização e um fortalecimento da ideia de empreendedorismo e de governança em que o Estado, no plano do poder político, se coloca como representante natural dos interesses econômicos, e não dos interesses da maioria da população” (VOLOCHKO, 2018, p.113).

No horizonte, é estabelecido um conjunto de mecanismos para a gestão da classe trabalhadora a partir das possibilidades de uso do espaço urbano. Por isso, a produção de moradias significa um controle sobre os corpos dos trabalhadores, evidenciando o caráter violento de urbanização que se dá no contexto paulistano. Esse movimento de integração dos pobres à moradia possibilita, sobretudo, segundo Damiani (1993), não somente sua tutela ao Estado, mas também sua inserção no cotidiano.

“A casa própria, feita artesanalmente, pela própria família, em lotes, a maioria irregulares, essa periferia que saía do controle, iria ser contraposta a uma periferia, incorporada à cidade legalizada, sem ganhar exatamente, o direito à cidade. Mas seria a figura de uma periferia alvo do poder centralizado. Em princípio, uma vida segura, com água, asfalto, equipamentos sociais à disposição, em troca dessa ordem imposta” (DAMIANI, 1993, p.89).

A autora, ao examinar os conjuntos habitacionais de Itaquerá na década de 1960, destaca o caráter regulador de um Estado que avança sobre a cidade clandestina ou periferia rural, instituindo uma experiência urbana por meio de um conjunto de leis de regulamentação que visam estabelecer uma ordem imposta. Isto é, a moradia é entendida como o atributo base necessário ao advento às possibilidades da vida cotidiana, permitindo uma segurança de ordem material àqueles que vivem sob a instabilidade da reprodução da vida. “A moradia é a integração desse morador na cidade, no país, no Estado, enquanto parte das classes subalternas, reproduzidas como tais” (DAMIANI, 1993, p.90-91). Deste ponto de vista, é possível pensar a ascendência ao cotidiano como superação da condição da vida precária, logo o cotidiano também se impõe como um

“[...] plano subjetivo, uma organização de vida assegurada. Como o banal do dia-a-dia, como se alimentar, vestir-se, alojar-se, locomover-se, produzir, faz parte da vida de forma segura. Com esses tempos, atividades e espaços conquistados, de maneira que parece definitiva. É a ordem diária da segurança material. Tendo cotidiano se dorme em paz” (DAMIANI, 1993, p.20).

Analisar a paisagem contemporânea da cidade de São Paulo permite, por meio do plano imediatamente visível, observar a espacialização da desigualdade social que se expressa, principalmente, pelas formas de habitação. Historicamente, parte significativa da classe trabalhadora ocupa as regiões periféricas da cidade, havendo, na atualidade, como indica Volochko (2018), uma mobilização do mercado imobiliário em direção às periferias, o que reconfigura a maneira como se dá a construção de moradias. Ocorre, igualmente, um aprofundamento da classe trabalhadora sob o cotidiano e suas formas de controle.

De acordo com essa perspectiva, como pensar a situação da população em situação de rua frente aos desarranjos da vida urbana? A questão que se coloca é referente aos processos de destituição do urbano, sobretudo, a experiência degradante de vida que impossibilita os indivíduos vulnerados de se reproduzirem plenamente. A moradia se constitui como atributo central da vida na cidade, sendo sua negação o principal impedimento para a vida cotidiana da população de rua, uma vez que o acesso à moradia permite maior integração aos equipamentos urbanos de infraestrutura e às diversas possibilidades da cidade - ou seja, morar garante a ordem da vida cotidiana sob a tutela do Estado.

3.SEGREGAÇÃO DO COTIDIANO: TERRITORIALIZAÇÃO E INSERÇÃO ALIENADA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

A primeira hipótese aqui defendida indica que a impossibilidade de morar determina a separação da população em situação de rua das experiências cotidianas, o que, num horizonte utópico, inviabiliza qualquer possibilidade de constituir alternativas para a subversão dos usos da cidade. Isso promove, no entanto, um aprofundamento da alienação dessa parcela da população de maior vulnerabilidade social, que experimenta um acentuado processo de despossessão material e simbólico do tempo e espaço urbanos. Assim, não possuir um teto para morar se traduz numa vida de instabilidade rotineira, demandando, segundo Holanda (2019), estratégias para a sobrevivência no território.

Para além do cotidiano, o processo de destituição completa dos atributos urbanos da população em situação de rua exige a mobilização de novos elementos, essenciais para construir um debate que se afaste do senso comum enraizado na sociedade atribuído a essa camada da população. Nesse viés, destacamos a importância do conceito de centralidade para o desenvolvimento deste trabalho.

No modo de produção capitalista, as cidades tiveram suas estruturas espaciais constituídas em torno de um centro principal, que desempenha funções de centralidade pois concentra elementos relacionados à dimensão política, econômica, social e cultural. No caso da cidade de São Paulo, até os anos 1970 do século XX, o Centro foi considerado o local das possibilidades, onde estavam concentrados os aparelhos de serviços urbanos (transporte, saúde, educação, saneamento básico) em contraposição com a chamada periferia, caracterizada pela escassez/ausência de elementos da vida cidadina. (ALVES, 2018, p.145).

No caso da capital paulista, até o início da segunda metade do século XX, o centro ancorava a constituição da centralidade da vida urbana daquele período. Nas décadas seguintes, o centro teve sua centralidade diluída a partir de um processo dialético de constituição de multi e policentralidades na cidade de São Paulo, que transferiu a dimensão dos fluxos de comércios e serviços para localidades mais valorizadas.

A partir dos fatos supramencionados, torna-se necessário tratar da diferença entre centro e centralidade, a fim de evitar equívocos e confusões conceituais. Sposito

(2022) entende que a centralidade não pode ser definida como um lugar ou uma área da cidade, mas sim como a condição e expressão central que uma área pode exercer e representar. A autora ainda afirma que

“[...] a centralidade não é, propriamente, concreta; não pode ser vista numa imagem de satélite; é difícil de ser representada cartograficamente, por meio de delimitação de um setor da cidade; não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades; não se pode percorrê-la ou mesmo vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, componha nossa memória urbana e seja parte de nosso imaginário social sobre a vida urbana” (SPOSITO, 2022, p.73).

Já o centro, no ponto de vista de Sposito (2022), é formado por áreas centrais que ancoram a constituição de centralidades, compreendidas como localidades em que se concentram atividades comerciais e de serviços, podendo ser empiricamente apreendidas de modo mais direto. Por isso, Lefebvre (2019), indica

A centralidade tem seu movimento dialético específico. Ela se impõe. Não existe realidade urbana sem centro, quer se trate de centro comercial (que reúne produtos e coisas), do centro simbólico (que reúne significações e as torna simultâneas), do centro de informação e de decisão etc. Mas todo centro destrói a si próprio. Ele se destrói por saturação; ele se destrói porque remete a uma outra centralidade; ele se destrói na medida em que suscita a ação daqueles que ele exclui e expulsa para as periferias (LEFEBVRE, 2019, p.80).

A renovação constante da espacialização urbana brasileira aponta para a multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços, o que simplifica o estudo do processo se a análise ficar apenas no plano da localização. Para obter uma avaliação satisfatória, Sposito (2022) determina que se deve levar em consideração a relação entre a localização (centro) e os fluxos que ela gera e sustenta, isto é, não há centro sem que se revele sua centralidade. Portanto, Sposito (2022) afirma que “o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território, relacionado à compreensão da centralidade, no plano conceitual, prevalentemente à dimensão temporal da realidade” (SPOSITO, 2022, p.73 - 74).

A autora ainda destaca a importância da dispersão espacial de comércios e serviços nas cidades, denominado de multicentralidade. Esse processo influencia uma perda relativa da importância do centro principal, ocorrendo através do aparecimento de subcentros fora do centro tradicional, ainda que este continue exercendo a

centralidade que estrutura o conjunto da cidade. Há, todavia, outro movimento denominado policentralidade, um processo de formação de pólos de comércio e serviços que atraem toda a cidade, sem se posicionar hierarquicamente abaixo do centro principal e capaz de competir no mesmo nível em termos de oferta de bens e serviços.

Esses processos de dispersão espacial da centralidade nas cidades decorre da produção do espaço urbano, que não resulta da história de uma cidade, mas sim resultado de ações deliberadas e planejadas por um pequeno grupo de interessados que constroem e ocupam espaços de baixo preço no mercado, reformulando as centralidades que constituem aquela cidade. Nesse sentido, Sposito (2022) destaca que esses empreendimentos geram segmentação e seletividade socioespaciais, podendo provocar processos de segregação socioespacial, porque reforçam ou radicalizam as lógicas de separação do uso do espaço urbano.

Como já explicitado, a racionalidade associada à produção do espaço das cidades contemporâneas é determinada pela lógica do mercado imobiliário, o que indica que a condução das políticas públicas promovidas pelo Estado terá como intuito a imposição do valor de troca no plano do vivido. Dessa forma, as políticas públicas ganham papel predominante na criação de infraestrutura necessária ao crescimento e na orientação da produção/ocupação do espaço urbano a partir dessa lógica, o que aprofunda a divisão espacial do trabalho e promove o “apartamento” da sociedade no espaço urbano e que, no limite, expressa a negação da vida urbana. Ou seja, o espaço aparece como instrumento político intencionalmente organizado e manipulado pelas classes dominantes, que conduzem um processo de manutenção da pobreza no centro da cidade de São Paulo (CARLOS, 2022, p.103).

O processo de reordenação das centralidades da cidade, segundo a autora, provoca a alteração do conteúdo social, econômico, político e cultural do centro tradicional, gerando o deslocamento de consumidores que costumavam frequentar esse setor da cidade para novos espaços, bem mais equipados e com prestígio e distinção social. Por isso, Carlos (2022) destaca que

O centro deteriora-se com o deslocamento de atividades econômicas e de serviços, centros de lazer e de festa no espaço metropolitano como movimento da centralidade que se espraia. Este esvaziamento real e simbólico acompanha o crescimento do tecido urbano e da centralização do capital. Há, no entanto, dois movimentos: o primeiro

é o deslocamento da população de alto poder aquisitivo e o segundo é o espraiamento desse centro, como extensão física da centralidade. Esse desenvolvimento contraditório do centro é resultante de seu congestionamento, bem como da escassez dos lugares passíveis de serem ocupados pelos setores novos da economia, vinculados ao setor financeiro (CARLOS, 2022, p.101).

Em São Paulo, observa-se o avanço do setor de serviços em direção ao vetor sudoeste da cidade, destacando-se em relação a outros subcentros que, gradualmente, perderam a capacidade de mobilizar capital e concentrar elementos sociais, culturais e, principalmente, econômicos. Atualmente, esses subcentros enfrentam degradação da infraestrutura urbana, evidenciada pela falta de manutenção e zeladoria, além de um baixo índice de investimento público e privado em serviços e empreendimentos. Essas áreas da cidade preservam vestígios de diferentes temporalidades, que remetem a períodos de centralidade distintos dos fluxos que predominam nos dias de hoje.

Alves (2018) assinala que, por se tratar de um processo dialético, é possível dizer que o que ocorre na área central do município de São Paulo é a tríade valorização/desvalorização/revalorização do solo urbano, sendo este último essencial para a realização da reprodução do capital. A autora ainda aponta que o Centro assume uma característica predominantemente popular, sobretudo pelo rebaixado preço do solo urbano se comparado às demais centralidades que se constituem ao longo do vetor sudoeste da cidade, como a as avenidas Engenheiro Luís Carlos Berrini e Brigadeiro Faria Lima. Isso pode ser observado pela mudança no perfil de usuários de comércio e serviços que frequentam o Centro.

Existe, no entanto, um limite para o processo de desvalorização do Centro que, segundo Alves (2018), é fundamental para a composição de consensos sobre a necessidade de transformação social e econômica da área. Esse limite é estabelecido por inúmeros proprietários de terras, lotes e prédios, juntamente aos empresários do ramo imobiliário que, em articulação com o Estado, buscam estratégias para a promoção de transformações no Centro, a fim de torná-lo mais atrativo a novos investimentos. No horizonte, está a atração de camadas da população que teriam se distanciado de áreas centrais, tanto no que se refere à moradia quanto ao referente à comércios e serviços.

A autora destaca que o esforço em atrair uma população de maior poder aquisitivo de volta ao Centro demanda estratégias relacionadas ao afastamento das

camadas populacionais de menor ou nenhum poder aquisitivo e, sobretudo, à construção da ideia de segurança pública mais efetiva. Este imperativo reforça a necessidade de transformação da área em questão, que se constitui no imaginário popular como um lugar perigoso onde ocorrem furtos, roubos e concentram marginais e usuários de drogas.

Essas tentativas de requalificação do Centro de São Paulo, segundo Alves (2018), que visam tornar aquele espaço mais atrativo a investimentos, inevitavelmente leva à expulsão ou ao afastamento para outras áreas de moradores de baixa renda, transeuntes e de usuários do comércio local de caráter popular. Muitos desses moradores de baixa renda que residem no centro vivem em cortiços e/ou ocupações, o que possibilita melhor qualidade de vida, principalmente porque não precisam gastar muito tempo nem dinheiro com transporte para o trabalho, visto que realizam todas suas necessidades no Centro.

Alves (2018) destaca que o público de baixa renda, que frequenta ou reside na região central, representa um obstáculo à reprodução do capital. Contudo, a transformação e a reprodução do espaço são vistas como possíveis soluções em períodos de crise da acumulação de capital. O Centro, no entanto, é comumente associado, de acordo com o senso comum, uma área tida como degradada, com uma paisagem pouco atrativa e com falta de conservação de edifícios e espaços públicos. Isso se deve ao pouco investimento do Estado e da iniciativa privada na área central, que direciona a maior parte dos recursos ao eixo sudoeste da cidade.

Atualmente, o Centro de São Paulo possui uma significativa densidade de ocupação de pessoas em situação de rua, o que nos convoca à reflexão do porquê a localidade atrai essa parcela da população. A segunda hipótese levantada neste trabalho coloca a centralidade que atualmente se constitui no centro do município de São Paulo como definidora para a atração da população em situação de rua, sobretudo por compor um conjunto de elementos de caráter público e privado que indicam essa possibilidade.

A centralidade em questão apresenta a concentração de equipamentos que possibilitam a sobrevivência da população em situação de rua e que são essenciais para a realização da vida. Isso evidencia a relação que é construída pela pessoa de rua com o lugar, indicando que há um processo de territorialização que estabelece uma ocupação específica do espaço urbano.

O centro de São Paulo possui uma centralidade caracterizada pela reunião de comércios, bens e serviços de caráter popular, como bares e restaurantes, que tendem a ser mais acessíveis porque oferecem alimentação a baixo custo ou por doações; trata-se de uma localidade que não apenas oferece equipamentos para suprir necessidades básicas, mas também facilita a obtenção de renda por meio da coleta de materiais recicláveis, trabalhos temporários ou "bicos", além da possibilidade de receber esmolas. Isso, somado ao fácil acesso, seja por transporte público ou a pé, aponta para um arranjo geográfico que facilita a circulação destas pessoas. Ademais, há um conjunto de instituições estatais e ações assistencialistas voluntárias dedicadas à assistência social e ao apoio a pessoas em situação de rua, concentrado nessa centralidade. Entre esses serviços estão moradias transitórias (ou abrigos), restaurantes comunitários, como o Bom Prato, centros de acolhimento e saúde, etc.

Portanto, a territorialização da população em situação de rua no Centro de São Paulo se dá, sobretudo, pela concentração de elementos públicos e privados que possibilitam a reprodução da vida no nível da sobrevivência, indicando a constituição de uma centralidade que promove a manutenção da miséria ao mesmo tempo em que garante o processo de desvalorização do centro como lugar degradado, perigoso e violento. Isso, no horizonte, como assinalado por Alves (2018), viabiliza a composição de consensos sobre a necessidade de transformação social e econômica da área, proporcionando e incentivando a especulação imobiliária como um importante ativo da relação entre proprietários de imóveis e o Estado.

É possível afirmar, no entanto, que nem toda centralidade tem a capacidade de garantir a sobrevivência das pessoas em situação de rua, destacando a particularidade do centro de São Paulo. Diferentemente de regiões como as avenidas Brigadeiro Faria Lima ou Engenheiro Luís Carlos Berrini, o centro atrai a população mais vulnerável, assumindo um papel de gestão da miséria por meio de um processo específico de segregação espacial, que confina esses indivíduos dentro de uma delimitação territorial da cidade. Em outras palavras, as políticas públicas voltadas para essa parcela da população têm caráter assistencialista e são, portanto, insuficientes para sua emancipação, já que esses sujeitos são vistos como perigosos, revelando a natureza das medidas do Estado, que buscam controlar e delimitar suas vidas.

Como já explicitado, o fato da população em situação de rua ser impedida de

acessar moradia revela sua separação da vida cotidiana. Porém, é possível observar alguns elementos que indicam demarcadores do tempo da vida cotidiana em momentos específicos da rotina dessa parcela da população. Isso acontece, principalmente, a partir do amparo institucional promovido pelo Estado que sucede através dos centros de acolhimento e moradia, apontando para o emprego do tempo cotidiano. Assim, como assinalado por Lefebvre (1991), a burocracia da sociedade de consumo dirigido implica a imposição de uma racionalidade que atribui ao emprego do tempo para classe trabalhadora diferentes sentidos e formas de sujeição. O emprego do tempo obrigatório se relaciona ao trabalho e se expressa na vida da pessoa em situação de rua a partir da instabilidade e precarização, não se manifestando de maneira constante e regular na rotina desses indivíduos. O *tempo imposto* institui a burocracia normativa do cotidiano, a qual pode ser notada nos serviços de apoio, como os Centros de Acolhimento, Núcleos de Convivência, Unidades Básicas de Saúde, entre outros.

Contudo, esses elementos que demarcam o tempo na vida da população em situação de rua são insuficientes e constituem uma experiência empobrecida da vida urbana. Do ponto de vista de Lefebvre (2008), as classes médias seriam o epicentro da cotidianidade, indicando que haveria níveis de integração à cotidianidade que estabelecem diferentes tipos de inserção do trabalhador aos bens e serviços urbanos, isto é, o autor define esses níveis como supracotidiano e infracotidiano. O supracotidiano está relacionado ao cotidiano “pleno”, pertencente àqueles que dispõem de toda infraestrutura urbana e que implica uma participação ativa no consumo. O infracotidiano corresponde aos despossuídos, lugar das pessoas que não ascenderam à vida cotidiana em sua integridade, haja vista a dificuldade de garantir um conjunto de elementos necessários para uma prática urbana definida pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, Lefebvre (2008) indica que

é no seio das classes medias – no seio desta média – que o cotidiano moderno se constitui e se estabelece. É aqui que se torna modelo; olhando deste local, ele se difunde para cima e para baixo. [...] De modo que tivemos que distinguir a vida infra e supra cotidiana da vida cotidiana. Isso a situa [...] como modelo ou modo de consumo [...], mas também como inserção no social, o cotidiano tem assim um lugar de origem e de formação altamente determinado. (LEFEBVRE, 2008, p. 160).²

² Tradução livre feita pelo autor. Trecho selecionado “it is within the middle classes - in the middle of this

Do ponto de vista dos diferentes níveis de integração do cotidiano definida por Lefebvre (2008), é possível afirmar que no limite entre a possibilidade da vida e o infracotidiano é onde a população em situação de rua se estabelece, isto é, experienciam a condição de extrema miséria. Os fatores relativos a essa afirmação indicam que o conjunto de direitos fundamentais, como acesso à moradia, saúde e alimentação de forma ampla, não são garantidos, além de constituírem uma insegurança material que impossibilita qualquer perspectiva de uso e acesso aos equipamentos urbanos, expondo a miséria da experiência urbana dessas pessoas.

Lefebvre (2008) ainda aponta a existência de “circuitos” na economia para aqueles que estão “fora do sistema”, ou seja, os mais pobres entre os pobres. O autor determina que “é sabido que entre os ‘fora do sistema’ se estabelecem circuitos, redes e canais secundários: uma economia subterrânea que permite a sobrevivência das pessoas, sem sempre evitar a degradação”(LEFEBVRE, 2008, p.86). A partir disso, é possível apontar que a reprodução desigual do capitalismo brasileiro promove a manutenção da miséria no Centro de São Paulo, estabelecendo a concentração de um conjunto de elementos que possibilitam a sobrevivência da população em situação de rua.

Portanto, é possível pensar que a questão da população em situação de rua indica um processo de *segregação do cotidiano* no movimento de territorialização no Centro de São Paulo, assinalando que há um movimento contraditório de destituição do urbano. De acordo com os fatos supracitados, o elemento central de constituição da cotidianidade é a moradia, que aparece como definidor da integração “plena” na vida cotidiana, indicando que o estabelecimento da população em situação de rua se dá no infracotidiano, ou seja, no lugar daqueles que não experienciam a cotidianidade de maneira satisfatória.

Constata-se que a população em situação de rua demonstra uma capacidade de organização espaço-temporal, estabelecendo fluxos em diferentes níveis de estabilização para articular formas de permanência no território. Nesse contexto, a rua, que poderia ser vista apenas como um espaço de passagem, adquire significados

middle - that modern daily life is constituted and established. This is where it becomes a model; starting from this site, it is diffused upwards and downwards. [...] So that we have had to distinguish infra and supra daily life from daily life itself. This situates it [...] As a model or mode of consumption [...], but also as insertion and integration into the social, daily life thus has a highly determinate place of origin and formation (LEFEBVRE, 2008a, p. 160).

diversos. A pessoa em situação de rua se territorializa no centro da cidade, onde a centralidade ocorre de maneira específica, pois, em certa medida, permite e atrai esse conjunto populacional em busca de áreas que facilitem sua reprodução. Isso se deve, especialmente, ao fato de que essa centralidade é marcada pela concentração de instituições de assistência para pessoas em vulnerabilidade social, que demarcam o tempo da vida cotidiana.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Esta pesquisa foi elaborada com base em um ponto de vista crítico do processo de urbanização capitalista brasileiro, o que conduziu todo o movimento de revisão bibliográfica trabalhada nesta investigação. A perspectiva orientou a revisão dos resultados obtidos em análises de dados oficiais disponíveis em plataformas digitais da Prefeitura de São Paulo, bem como de artigos e livros que abordam a questão da população em situação de rua, além das entrevistas conduzidas em trabalhos de campo na região central da cidade.

A afirmação do processo de *segregação do cotidiano* que permeia a questão da população em situação de rua apontada neste trabalho permite uma análise baseada nas circunstâncias que norteiam o movimento de territorialização no Centro de São Paulo. Para tanto, esta investigação parte da compreensão dos conceitos mobilizados, que atravessam um conjunto de discussões sobre os problemas urbanos, com ênfase na centralidade da região central da cidade e na destituição do cotidiano das pessoas em situação de rua, manifestada na ausência de pleno acesso à cidade.

Segundo o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua) da Universidade Federal de Minas Gerais, existem cerca de 80,369 pessoas vivendo nas ruas na cidade de São Paulo no ano de 2024, o que apresenta uma variação de 23,9% do ano anterior, quando o município atingiu o total de 64,818. A pesquisa levou em consideração os cadastros realizados no Cadastro Único (CadÚnico), base de dados do Governo Federal para o recebimento de benefícios sociais, que são atualizados pelas prefeituras através dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

Esses números são muito maiores do que os apresentados no Censo da População em Situação de Rua de 2021, que indicava 31,884 pessoas vivendo na rua da cidade. Segundo a OBPopRua, esse aumento se deu pelo fortalecimento dessa base de dados como principal forma de acesso aos benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, ressalta-se a insuficiência de políticas públicas referentes à emancipação dessa parcela da população, historicamente vulnerabilizada pela falta de moradia e trabalho, condições que foram agravadas pela pandemia de Covid-19, a qual intensificou os problemas sociais e contribuiu para o aumento dessa população.

4.1 Dinâmicas de territorialização da população em situação de rua

Com o propósito de desmistificar narrativas que atravessam o imaginário popular acerca das pessoas que vivem na rua, iremos nos debruçar, mormente, na espacialização dessas pessoas na cidade. Rodrigues (2016), aponta que esse conjunto da população é, muitas vezes, pensado como “nômade” ou “desterritorializado”, devido à hipotética falta de local fixo, hábito territorial ou ocupação de espaço. Essa afirmação, segundo o autor, dá-se pela falsa premissa da exclusão, como se não fossem pertencentes a algum lugar, desprovidos da relação com o território. Isso, entretanto, não se verifica na prática, pois esses indivíduos tendem a desenvolver estratégias de sobrevivência em sua rotina, vinculando as ações aos locais onde encontram maior facilidade para implementá-las. A utilização da cidade pelas pessoas que vivem na rua expõe, pois, as formas como se relacionam material e simbolicamente com o espaço urbano, apresentando um conjunto de elementos que se mostram essenciais para a territorialização dos que estão separados da moradia fixa.

Maciel (2004) aponta que a escolha de um local de fixação pode ser determinada pela necessidade de resolver questões da ordem do dia, considerando necessidades básicas como abrigo contra intempéries e busca por privacidade, além do acesso a equipamentos de consumo coletivo e serviços públicos. Nesse sentido, o autor entende que

É comum, portanto, que o centro da cidade se torne o local predileto daqueles que vivem na e da rua. A concentração de pontos comerciais e o fluxo intenso de pedestres justificam a escolha pelos centros das cidades (MACIEL, 2004, p.30).

Lucena (2013), em seu trabalho de mestrado, analisa a distribuição espacial da população em situação de rua no centro da cidade de Patos, na Paraíba, com a finalidade de compreender as formas de utilização do espaço urbano de indivíduos que não possuem moradia. Embora o autor analise uma cidade específica, é possível observar semelhanças no processo de territorialização dessa parcela da população em outras cidades brasileiras.

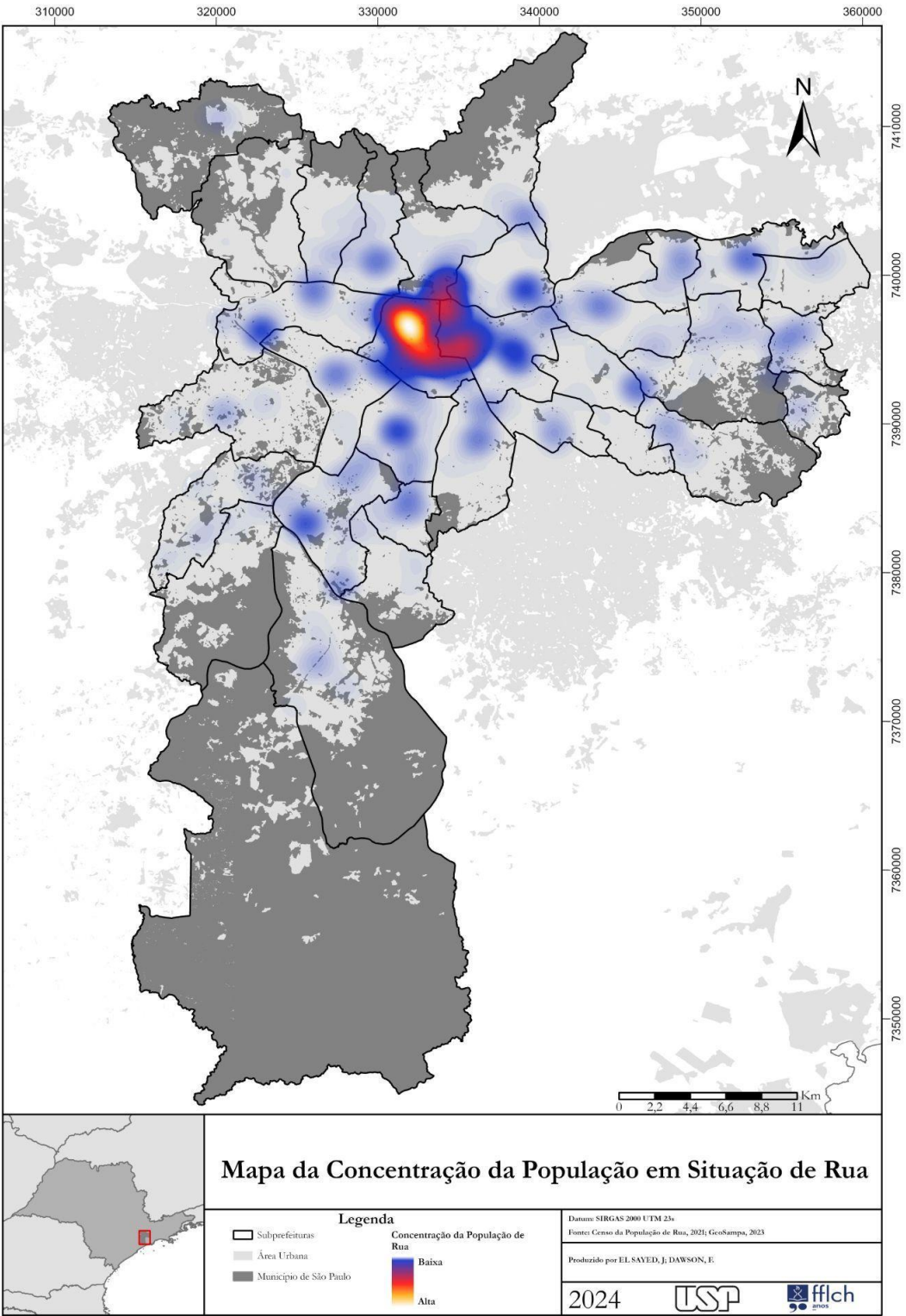
Nesse sentido, o autor aponta que o centro, por ser uma área que tradicionalmente concentra atividades comerciais, atrai uma massa de consumidores

que circulam pela região, possibilitando o contato com as pessoas em situação de rua. Durante a noite, as vias centrais apresentam baixo fluxo de pedestres e automóveis, o que facilita a ocupação por aqueles que pernoitam nesses locais. Além disso, Lucena (2013) destaca que o espaço público assume múltiplos significados para quem ali vive, reunindo no mesmo lugar trabalho, moradia e lazer, aspectos fundamentais para definir sua territorialização.

Em sua pesquisa, o autor, ao analisar os locais escolhidos pelas pessoas em situação de rua para pernoitar, reconheceu características locacionais que possibilitam uma noite mais segura. Verificou-se, assim, a influência do baixo fluxo de transeuntes, da presença de policiamento público ou privado, assim como da disponibilidade de estruturas físicas que ofereçam proteção contra o frio e a chuva. Isto é, o centro da cidade, em certa medida, atrai as pessoas que vivem no limite da sobrevivência.

O Censo da População em Situação de Rua de 2021, elaborado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo, apresenta um conjunto de dados de grande relevância para o estudo dessa parcela da população de acentuada vulnerabilidade. Por meio de ferramentas de georreferenciamento, foi elaborado um mapa em que é possível observar, através de uma escala de calor, a distribuição da quantidade de pessoas em situação de rua contabilizadas em cada subprefeitura do município de São Paulo.

Figura 1: Mapa da distribuição espacial da população em situação de rua na cidade de São Paulo.

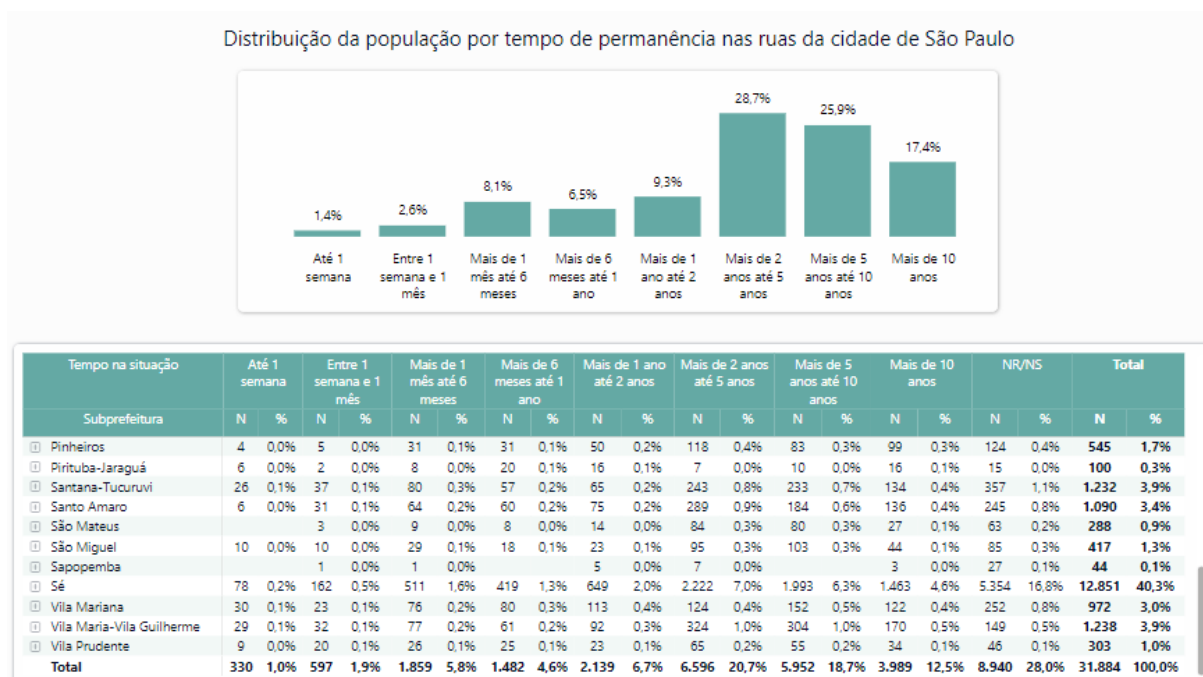


Elaborado por Jihad Kassen Souza El Sayed e Felipe Dawson. Fontes: Censo da População em Situação de Rua de 2021; GeoSampa.

Nesse mapa, é possível notar a concentração de pessoas em situação de rua na região da subprefeitura da Sé, que abrange os bairros Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Sé e Santa Cecília, onde foram contabilizadas cerca de 12.851 indivíduos. Há, portanto, uma grande discrepância em relação a outras subprefeituras da cidade, como a Mooca (5.811 pessoas), Vila Mariana (972 pessoas), Santana-Tucuruvi (1.232 pessoas) e Lapa (1.062 pessoas), que também apresentam números expressivos de pessoas em situação de rua.

A pesquisa realizada pelo Censo também levantou informações acerca da distribuição da população em situação de rua por tempo de permanência nas ruas da cidade. O critério de tempo de permanência foi separado da seguinte forma: até 1 semana vivendo na rua; entre 1 semana e 1 mês; mais de 1 mês até 6 meses; mais de 6 meses até 1 ano; mais de 1 ano até 2 anos; mais de 2 anos até 5 anos; mais de 5 anos até 10 anos; mais de 10 anos e aqueles que não sabem ou não responderam. Esses números estão relacionados e distribuídos entre as 32 subprefeituras do município.

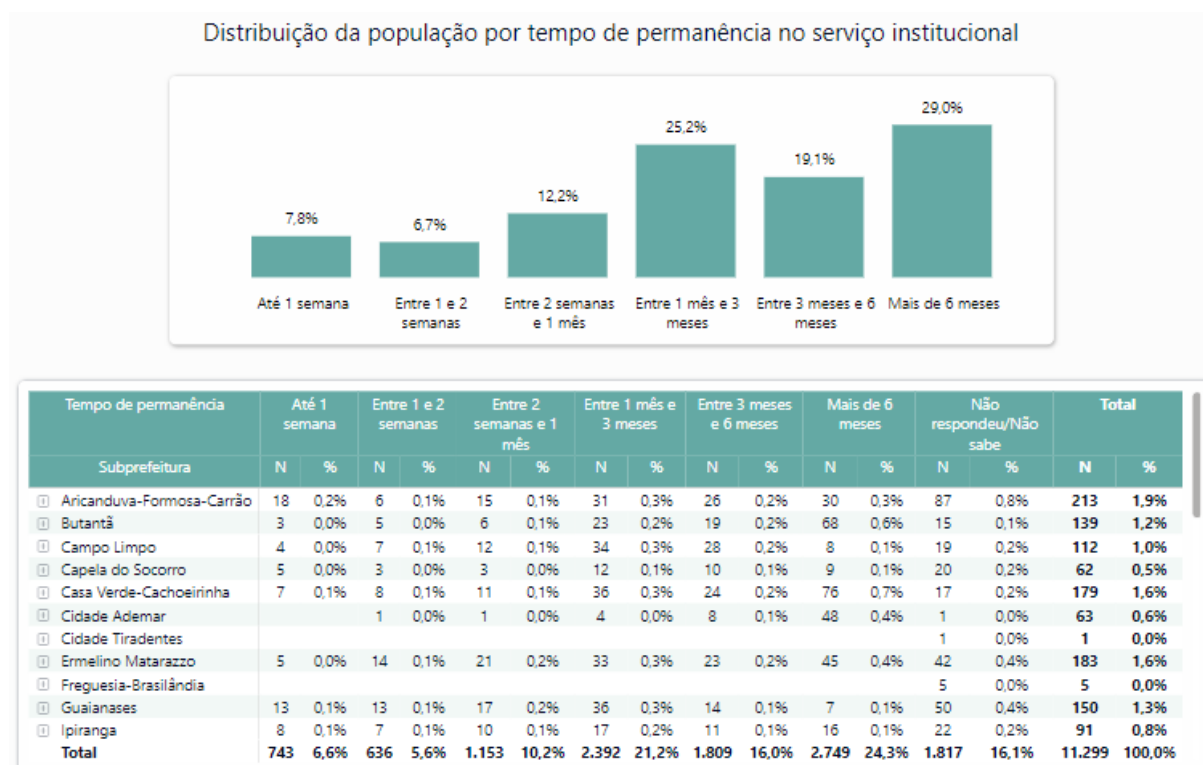
Figura 2: tabela da distribuição da população em situação de rua por tempo de permanência nas ruas da cidade de São Paulo.



Fonte: Censo da População em Situação de Rua de 2021, elaborado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo.

Os dados levantados pelo Censo apresentam também a distribuição da população de rua por tempo de permanência em aparelhos institucionais, ou seja, por quanto tempo cada um desses indivíduos utiliza serviços públicos, como abrigos, centros de acolhimento e de saúde, restaurantes populares, entre outros. O recorte temporal adotado na pesquisa foi separado da seguinte maneira: até 1 semana; entre 1 e 2 semanas; entre 2 semanas e 1 mês; entre 1 mês e 3 meses; entre 3 meses e 6 meses e mais de 6 meses. Da mesma forma, a distribuição é separada a partir das subprefeituras.

Figura 3: tabela de dados da distribuição da população em situação de rua por tempo de permanência no serviço institucional.



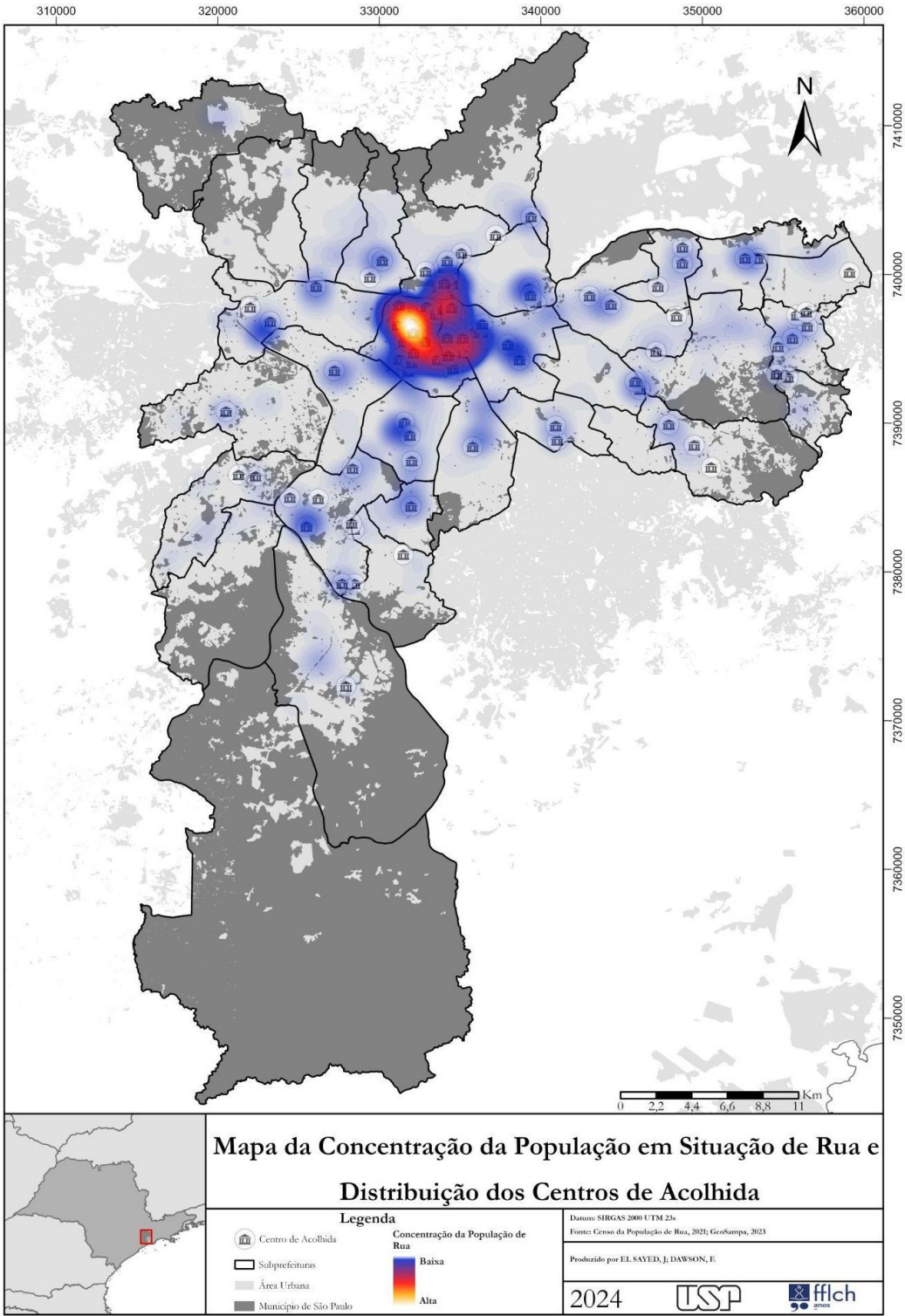
Fonte: Censo da População em Situação de Rua de 2021, elaborado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo.

Ademais, o uso de serviços institucionais apresenta uma enorme diferença quanto à distribuição dos usuários ao longo da cidade. Ao analisar os números apresentados, é possível observar que há uma concentração de pessoas que utilizam esses serviços na região central. Ao todo, cerca de 11.299 pessoas foram contabilizadas, sendo 3.859 apenas na subprefeitura da Sé, que se coloca como a região preferida daqueles que vivem na rua. Em seguida, está a subprefeitura da

Mooca, com 3.142 e, com uma grande disparidade, está a subprefeitura da Vila Maria-Guilherme, com apenas 645 usuários.

Os dados apresentados acima permitem uma análise de como se dá a distribuição da população em situação de rua em relação aos Centros de Acolhida espalhados por toda a extensão urbana. Isso possibilita refletir sobre o movimento de espacialização desses indivíduos e suas estratégias de sobrevivência. Com o intuito de compreender os motivos que explicam a distribuição das pessoas que vivem nas ruas em São Paulo, foi elaborado um mapa cruzando informações acerca da distribuição da população de rua e dos Centros de Acolhida.

Figura 4: mapa da relação entre a concentração da população em situação de rua e a distribuição dos Centros de Acolhida na cidade de São Paulo.



Elaborado por Jihad Kassen Souza El Sayed e Felipe Dawson. Fontes: Censo da População em Situação de Rua de 2021; GeoSampa.

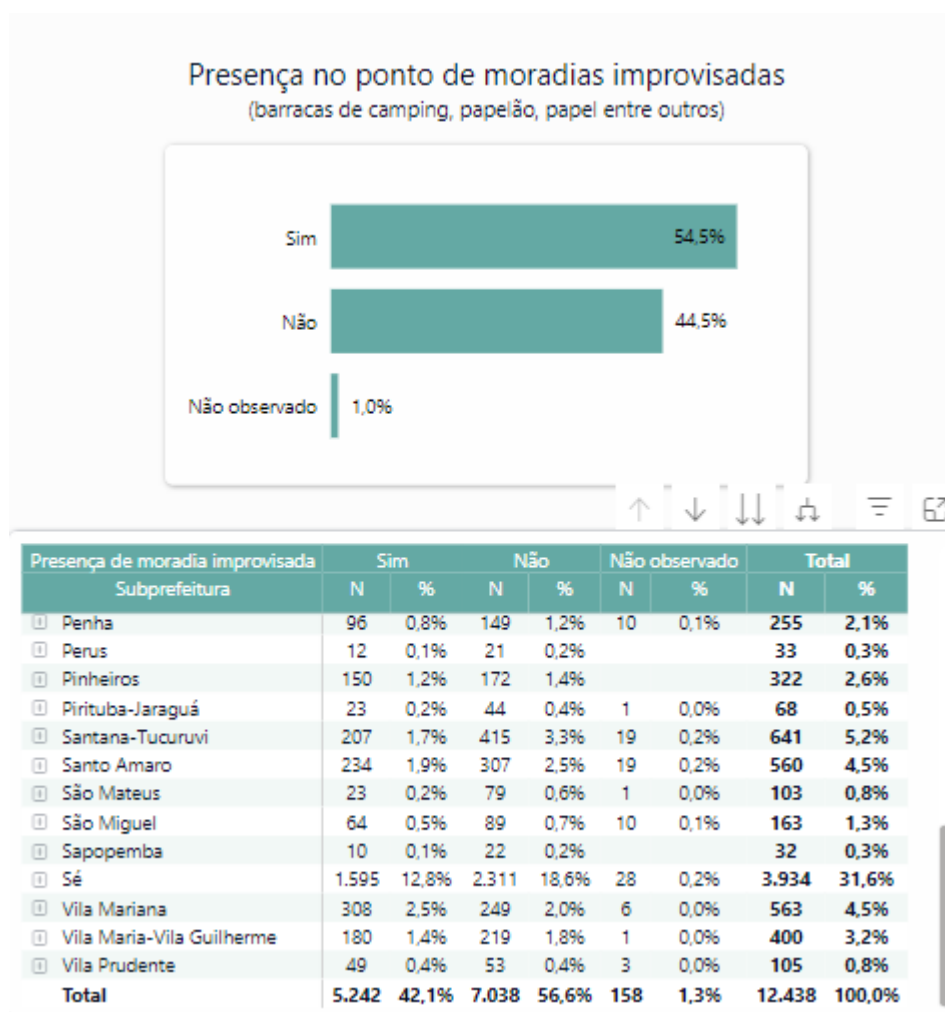
O mapa acima permite observar que há uma relação entre a concentração dessas pessoas e a distribuição dos Centros de Acolhida ao longo da cidade. Isso se dá, essencialmente, na região da subprefeitura da Sé e em seu entorno, onde está concentrada a maior parte das pessoas que vivem nas ruas e dos aparelhos de assistência social da prefeitura.

Verifica-se uma correlação entre os locais de ocorrência da população em situação de rua e os locais onde foram instalados os centros de acolhimento. Independente da relação entre indutor e induzido, nesse caso, pode-se afirmar que esse movimento indica que há um planejamento na distribuição dos Centros de Acolhida e que reflete na espacialização de seus usuários, uma vez que as pessoas que vivem nas ruas dependem significativamente do auxílio do Estado para sua reprodução. Portanto, há uma delimitação territorial nos usos da cidade a partir da necessidade de sobrevivência desses indivíduos, retratando o centro como uma região que encerra a ocupação urbana para parte considerável das pessoas em situação de rua.

Para além da região central, o mapa ainda expõe que a espacialização das pessoas que vivem nas ruas acontece sempre próxima a um Centro de Acolhida. Tanto na zona sul quanto na zona leste da cidade, áreas com um número expressivo dessa parcela da população, observa-se a tendência de concentração nas imediações dos serviços de assistência social.

Essa pesquisa ainda levantou dados sobre a distribuição de moradias improvisadas, como barracas de *camping*, papelão, cobertores, entre outros objetos que indicam a presença de pessoas dormindo na rua. Nesse levantamento, não houve recorte temporal no recolhimento das informações. No entanto, houve o estabelecimento de um critério que indica se foi observada a presença de pessoas junto a esses objetos. Novamente, a subprefeitura da Sé representa a região com maior número de moradias improvisadas, cerca de 3.934, ou 31,6%, de um total de 12.438 moradias improvisadas registradas ao longo da cidade. Em seguida, está a região representada pela subprefeitura da Mooca com 1.836 pessoas (ou 14,8%) e, com números bem menos relevantes está a subprefeitura de Santana-Tucuruvi, com 641 (ou 5,2%).

Figura 5: tabela de dados da presença de pessoas em situação de rua próximas a pontos de moradia improvisada.



Fonte: Censo da População em Situação de Rua de 2021, elaborado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo.

Outra questão investigada pelo Censo é a preferência de regiões de permanência da população em situação de rua e os movimentos de troca de localidade na cidade. Constatou-se que 60,4% das pessoas continuam dormindo ou morando na mesma região desde o início de sua situação de rua, enquanto que 33,1% dizem já terem ficado em outras regiões da cidade de São Paulo.

Os que permanecem na mesma região apontam como principais motivos: a disponibilidade de serviços que atendem pessoas em situação de rua (12,3%); ter um companheiro(a) na região (12,3%); e ter um local para passar a noite (5,2%). A categoria *outros* representa 40% dos motivos do local de escolha e inclui: gostar do local; conhecer a região; segurança; não ter outra opção; estar próximo da família; e ter conseguido vaga no Centro de Acolhida.

A análise dos dados oficiais sobre a distribuição espacial da população em situação de rua em toda a extensão do município de São Paulo revela uma tendência de concentração na região central. Esse movimento aponta para a constituição de relações que se estabelecem pela pessoa em situação de rua com o território, definidas por um conjunto de estratégias que pretendem minimizar as dificuldades de não possuir uma casa para morar. Nesse sentido, é possível constatar que a centralidade que se constitui no centro da cidade permite e, no limite, atrai essa parcela da população através de aparelhos institucionais de assistência social, porque há uma grande concentração de pessoas em situação de rua no perímetro central da cidade.

4.2 Perfil populacional das pessoas em situação de rua e suas estratégias de sobrevivência

A pesquisa realizada pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) pretende caracterizar o perfil socioeconômico das pessoas que vivem nas ruas da cidade de São Paulo. Os dados levantados são relativos à origem das pessoas, média de idade, escolaridade, cor/raça, segurança alimentar, trabalho e renda, saúde, sexo de nascimento e gênero, entre outros.

Verificou-se que 51% da população em situação de rua tem idades entre 31 e 49 anos, enquanto 18% está na faixa etária de 18 a 30 anos. No que diz respeito à cor, aproximadamente 48,9% se identificam como pardos, 26,1% como brancos e 19,7% como pretos. A distribuição por sexo revela que 85,5% são homens e 14,6% são mulheres. Além disso, buscou-se identificar a identidade de gênero dos entrevistados, constatando que 80,1% se identificam como homens cisgênero, enquanto 16,9% se identificam como mulheres cisgênero. Apenas 1,0% se declarou agênero, 0,8% como mulheres transsexuais, 0,3% como homens transsexuais e 0,2% como travestis.

Os aspectos relacionados à escolaridade indicam que 91,5% das pessoas sabem ler e escrever e 91,9% alegam já terem frequentado a escola. O total de pessoas entrevistadas aponta que 14,1% das pessoas concluíram o ensino fundamental e 23,9% não concluíram, e cerca de 20,7% concluíram o ensino médio, enquanto que 13,4% não concluíram a etapa em questão.

Quanto aos motivos que levam à situação de rua, os entrevistados apontam conflitos familiares (40,3%), perda de emprego (23,1%), dependência de substâncias ilícitas (19,0%), dependência de álcool (14,3%), perda de moradia (12,9%), entre outros fatores. Nesse tópico, os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção, por ordem de prioridade.

Outro indicador importante apresentado pela pesquisa refere-se ao setor de trabalho em que as pessoas estavam empregadas antes de vivenciarem a situação de rua. Aproximadamente 17,1% alegam ter trabalhado na área de construção civil, 14,2% em serviços de limpeza e cozinha, 10,5% como ajudantes gerais, 8,5% no comércio formal, 6,6% em serviços de zeladoria, portaria ou vigilância, 3,6% no comércio ambulante, 3,1% em serviços administrativos, 2,6% como catadores de materiais recicláveis, 1,6% com artesanato e 1,5% em trabalho rural. Apenas 4,1% dos entrevistados relataram não terem trabalhado antes de estarem em situação de rua, enquanto 29,9% não especificaram o tipo de trabalho, sendo classificados na categoria "outros".

Do ponto de vista de Rodrigues (2016), cria-se um imaginário social em que a pessoa em situação de rua é retratada como suja, indigna, incapaz, fraca e debilitada, caracterizada, na maioria das vezes, como alguém que oferece riscos e necessita de contenção policial. Ou seja, são indivíduos que possuem atributos humanos negativos, como a inconsequência e insensibilidade de seu estado de consciência. Esse *mito*, como aponta o autor, não se aplica na explicação da condição de se morar na rua, visto que constitui um conjunto de visões e valores de senso comum. Contudo, esse argumento serve para a construção de um tipo de indivíduo a ser considerado inferior, a partir de uma força simbólica e material que expressa a tentativa de submissão de classe, visando fabricar a imagem da pessoa em situação de rua sempre associada à condição de doente-criminoso, cujo corpo precisa ser controlado e suas atitudes corrigidas.

O trabalho de Holanda (2019) apresenta o termo *sistema da rua*, que abrange uma codificação geral da experiência de se viver na rua. Esse termo diz respeito à prática geral de operação da vida na rua a partir da união das agências de diversos atores e formador da singularidade em torno dessa experiência. Nesse sentido, o autor aponta que

Em outras palavras, a lógica operada corresponde ao seguinte: quando se passa a viver na rua, é necessário que se submeta ao modo de organização da vida próprio da rua (há aqui, portanto, a noção de um processo de formação de sujeito), e ela é, por si mesma, limitadora, cruel e de grande exigência emocional e física; ela corresponde ao sistema da rua (HOLANDA, 2019, p. 35).

A partir do reconhecimento da vida de privações, perigos e sofrimentos do *sistema da rua*, o autor considera as necessidades de adaptação e o desenvolvimento de estratégias e habilidades fundamentais para a sobrevivência. Esse movimento implica na criação de uma nova dimensão de vida, resultando na formação de um sujeito forjado pela experiência vivida nas ruas. Tal processo possibilita a constituição de um conjunto de elementos que se refletem na adaptabilidade na obtenção de recursos. Nesse viés, habilidades comunicacionais, conhecimento de valores, comportamentos e condutas tornam-se aspectos essenciais na rotina das pessoas em situação de rua.

Os conhecimentos práticos necessários para sobreviver à vida na rua podem assumir formas diversas, que passam de conhecimentos mais gerais aos mais específicos. As pessoas em situação de rua devem saber como e onde conseguir alimentos, roupas, água e saber cozinhar com os meios disponíveis, como também saber que materiais usar para montar um ponto de dormida. Dominar o arranjo espacial da cidade é essencial para quem vive na rua, uma vez que conhecer os principais caminhos e trajetos para locomoção a pé ou por transporte público é fundamental para chegar a pontos de doações de comida, Centros de Acolhida e de assistência médica, como também permite evitar lugares perigosos. Portanto, *se virar no sistema da rua*, como aponta o autor, determina que a

relação entre os dois termos aqui discutidos, *se virar* funciona como uma dimensão agentiva individual na qual conhecimentos práticos são utilizados para a criação de saídas do horizonte do sistema da rua – no qual um conjunto de agências limitadoras das possibilidades de ação individual operam para produzir um sujeito reduzido à condição precária. Complementarmente a isso, a habilidade de se virar [...] corresponderia à própria capacidade de percepção do funcionamento do sistema da rua enquanto uma infraestrutura, tanto quanto o é a própria cidade, cabendo àquele que sabe se virar reverter a seu favor essa rede de “distribuição” de limitações na agência, identificada com a noção de sistema da rua (HOLANDA, 2019, p.36).

O *sistema da rua*, ainda segundo o autor, sugere o peso estrutural que impele a condição de perda e carência, o qual convoca a necessidade de *se virar* a partir de

estratégias, inventividade e ação. Isto posto, estar em situação de rua pode ser compreendido como uma noção que evoca um processo de convenção, ou seja, a associação de elementos sobre a experiência de se viver nesses espaços, entendida como algo que se explica por si só. Ao diferenciar esse coletivo como indivíduos que vivem nas ruas, essa experiência constrói um sentido de particularidade, remetendo à própria invenção de uma cultura particular.

Logo, para Holanda (2019), estar em situação de rua pode ser entendido como uma “normalidade” ou “habitualidade”, em que o *sistema da rua* é entendido como uma base comum. Isso, no limite, permite a construção das pessoas em situação de rua como sujeitos associados à privação, ao sofrimento e à violência, implicando na produção de uma nova subjetividade.

As estratégias de sobrevivência na rua são desenvolvidas conforme as necessidades da ordem do dia, por consequência, levam em consideração atributos básicos para a reprodução da vida, como comer, beber, dormir, fazer higiene pessoal, entre outros. Nesse sentido, o Censo realizado pela SMADS com as pessoas em situação de rua apresenta dados relevantes sobre as possibilidades de acesso a bens de necessidade básica.

Em relação à segurança alimentar, a pesquisa do Censo pretende saber onde os entrevistados conseguiam os alimentos que consumiam, com a possibilidade de responder com múltiplas opções. Em torno de 2000 pessoas foram entrevistadas, sendo que 49,8% desse total alegam conseguir alimentos em algum serviço da Prefeitura de São Paulo; 22,7% afirmam alimentar com comidas doadas por algum restaurante, lanchonete ou bar; e 21,6% declaram conseguir alimentos a partir de doações feitas por algum grupo de distribuição de marmitas. O restante das pessoas alegam ganhar comida na rua (18,2%), compram comida na rua (17,6%), comem em lugares conhecidos como bocas de rango (5,1%), comem no trabalho (4,2%), ganham alimentos de feiras ou supermercados (2,7%), pegam comida no lixo (2,7%) e os 1,8% restante relatam que preparavam a própria comida.

Para ter acesso à água para consumo, a população em situação de rua relata conseguir água para beber em estabelecimentos comerciais e postos de gasolina (46,5%), outros conseguem em Centros de Acolhida (38,2%) e em centros de convivência (17,4%). Muitos ainda conseguem água em estações de trem, metrô ou terminais rodoviários (14,%), em igrejas (6,7%), no trabalho (3,8%), e outros em

projetos ou organizações não governamentais (3,0%).

A higiene pessoal e a lavagem de roupas é feita, majoritariamente, em Centro de Acolhida (60,7%) e em núcleos de convivência (13,5%), postos de gasolina e outros estabelecimentos comerciais também são utilizados com esse propósito (6,4%). Outros também utilizam casa de amigos (4,1%) e igrejas (3,5%).

Pode-se observar, destarte, que o perfil censitário que caracteriza a pessoa em situação de rua na cidade de São Paulo indica que, em sua maioria, são homens pretos ou pardos (68,6%), com uma média de idade em torno de 41 anos e com um baixo nível de escolaridade. Segundo os dados, essas pessoas atuavam, predominantemente, em trabalhos com baixa remuneração e que estavam inseridos em um contexto de grande instabilidade social, visto que muitos chegaram à situação de rua devido a desentendimento com familiares, dependência em drogas e álcool e perda de trabalho. Essa condição, em última instância, exige um conjunto de habilidades a serem desenvolvidas para a sobrevivência no *sistema da rua*, expondo uma forte dependência de aparelhos institucionais e comércios populares concentrados na região central da cidade.

4.3 Entrevistas e trabalho de campo

O esforço que se aplica na investigação da população em situação de rua representa um enorme desafio referente às práticas em trabalho de campo. As pessoas que vivem na rua se enquadram num grupo comumente denominado de *vulnerabilizados*, termo historicamente atribuído “a todos aqueles que não se enquadravam no perfil dominantes na sociedades ocidentais: homem, branco, heterossexual e jovem, que até os dias atuais ainda pode ser considerado o grupo com maior *status* social/econômico” (SOTERO, 2011, p. 801).

O princípio de vulnerabilidade, segundo a autora, possui duas significações distintas. Assim, a vulnerabilidade pode ser entendida num contexto geral, sendo atribuída a todas as pessoas e a tudo aquilo que vive, considerando que a morte é inexorável à vida. Outra maneira de interpretar está relacionada a grupos específicos, como mulheres, crianças e idosos. Sotero (2011) aponta que todos são suscetíveis a serem feridos em algum grau, o que não significa que, necessariamente serão. No entanto, nem todos estão expostos na mesma intensidade - existem aqueles que

possuem possibilidades reais de serem feridos, revelando a existência da disparidade nas formas e graus de suscetibilidade. Nesse sentido, é estabelecida a distinção entre vulnerabilidade e vulneração. Por isso, a autora entende que a principal “distinção entre potência e ato está, então, no cerne da reflexão para compreender os conceitos: vulnerabilidade (condições potenciais) e vulneração (condições concretas)” (SOTERO, 2011, p. 801).

No âmbito do estudo acerca da população em situação de rua, cabe o uso do conceito de vulneração, visto que diz respeito à vulnerabilidade consubstanciada. Nesse sentido, a autora aponta que

No caso da população em situação de rua, de modo geral, vive a falta de escolaridade, atendimento médico, emprego e dinheiro, podendo se entender que a vulnerabilidade inerente à condição humana é intensificada e concretizada. Então se passa a identificar esse grupo como vulnerado e não mais como vulnerável, no sentido genérico e existencial extensivo a toda humanidade (SOTERO, 2011, p. 802).

O processo de aprofundamento da vulneração da população em situação de rua ocorre, principalmente, pela negação da moradia. Isso implica, entre outras coisas, na fragilidade física da exposição às intempéries daqueles que dormem ao relento, ferindo os corpos de forma significativa, como consequências do frio e da chuva. Esses indivíduos são destituídos de qualquer proteção social e econômica, muitos sequer possuem documentos e estão expostos a toda sorte de violências. Haja vista os últimos fatos mencionados, a realização do trabalho de campo para levantamento de dados sobre a territorialização da população de rua na cidade envolveu um conjunto de práticas que possibilitasse essa tarefa, considerando a condição dessas pessoas enquanto indivíduos vulnerados.

Com a finalidade de aferir a hipótese da *segregação do cotidiano* desenvolvida nesta pesquisa, o trabalho de campo realizado pretendeu buscar informações que contribuíssem para o estudo do processo de destituição do urbano da população em situação de rua, bem como avaliar como se dá sua espacialização no território. Para isso, recorreremos ao método de pesquisa de caráter qualitativo, o que permite o movimento de observação e descrição dos fenômenos examinados.

O trabalho de campo foi realizado na região central da cidade de São Paulo, principalmente nos distritos da República e da Sé, visto que são regiões comumente associadas à aglomeração de pessoas em situação de rua. Essas localidades

possuem inúmeros aparelhos institucionais de assistência social, além de grupos de doação de alimentos, roupas, etc. Assim, observar o movimento das pessoas em situação de rua nesse perímetro urbano, com o objetivo de compreender o uso do espaço público e dos equipamentos de assistência social, contribuiu de maneira significativa para a concretização desta pesquisa. Também foram realizadas seis entrevistas com pessoas que vivem na rua, guiadas por perguntas norteadoras que possibilitaram relatos de grande interesse para a análise.

Figura 6: Moradia improvisada e objetos de pessoas em situação de rua observado sob o elevado Presidente João Goulart.



Foto: Jihad Kassen Souza El Sayed, 2024.

Ao realizar o trabalho de campo no centro da cidade, nota-se uma paisagem degradada, que passa uma impressão de abandono. Esse contexto é fruto da combinação de imóveis desocupados voltados para a especulação imobiliária e do serviço exíguo de zeladoria e manutenção, juntamente à presença significativa de policiais e guardas civis metropolitanos. Apesar de ser um dos poucos lugares da

cidade em que é possível fazer tudo a pé, as pessoas circulam pelas ruas com medo e sempre apressadas para chegar ou sair do trabalho. O centro guarda o sentido da decadência urbana de um país da periferia do capitalismo, onde o conjunto populacional mais explorado da sociedade se concentra, porque não há outros espaços para eles na cidade.

Figura 7: barraca de uma pessoa em situação de rua instalada em frente à uma agência bancária do Itaú, na Praça da República.

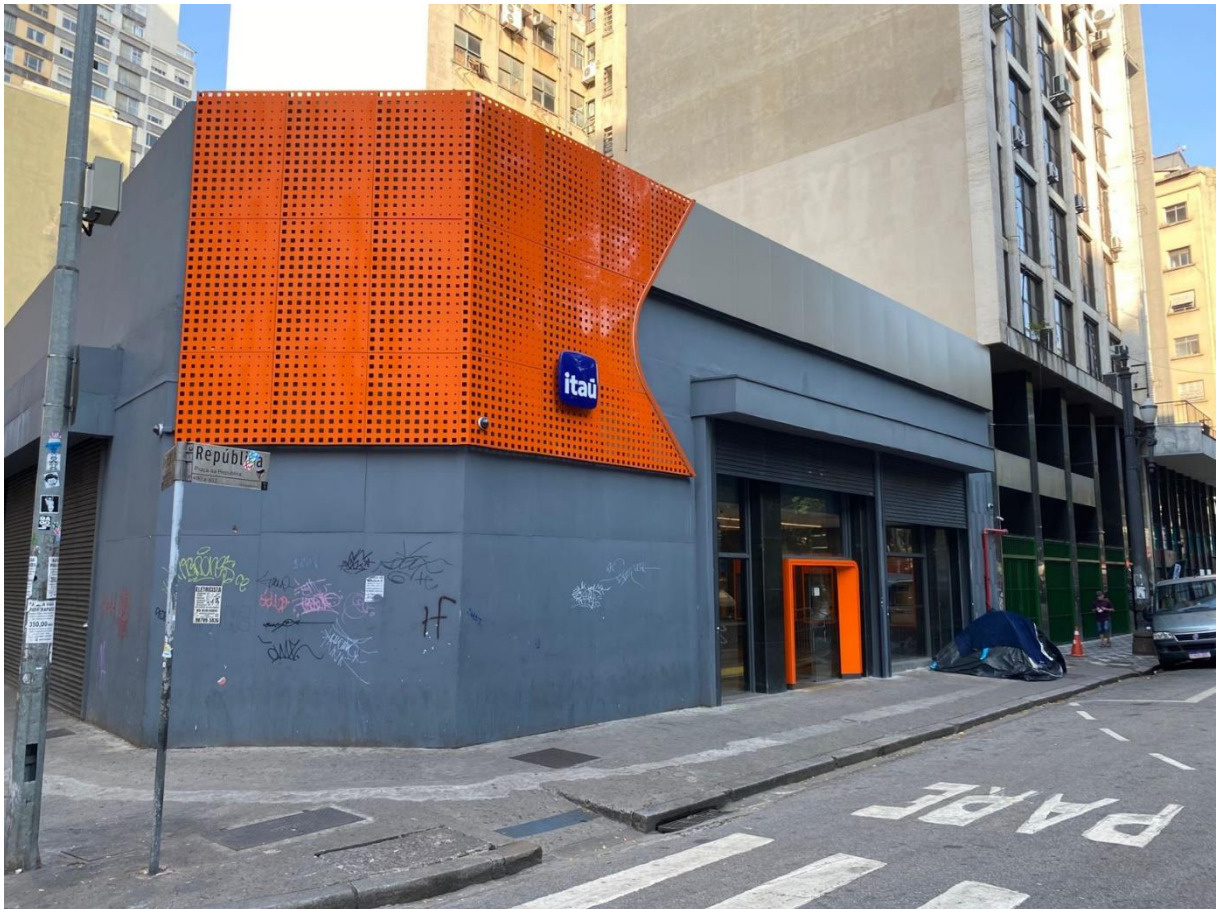


Foto: Jihad Kassen Souza El Sayed, 2024.

Observam-se inúmeras pessoas em situação de rua circulando na região da República, predominando, entre elas, homens negros e pardos. Muitos carregavam consigo uma sacola de plástico, em que estavam contidos, usualmente, cobertores e roupas. Os que andavam pela região buscavam materiais recicláveis, já que paravam em todo cesto de lixo e o examinavam cautelosamente, à procura de alguma lata de refrigerante ou garrafa *pet*. Notei muitas pessoas dormindo no chão, cobertos dos pés à cabeça, mesmo com os ruídos provocados pelos ônibus e carros que circulavam

pela rua, somados ao calor intenso daquele dia. Não havia muitas barracas, mas notei diversos objetos, como cobertores, carroças, papelão, entre outros que indicavam a presença de pessoas que habitavam o local. Perto da hora do almoço, transitei pelas imediações de pontos de distribuição de marmitas - algumas tinham filas que dobravam o quarteirão. Nessas filas, haviam idosos, homens e mulheres de todas as idades, famílias inteiras e até mesmo crianças desacompanhadas.

Figura 8: Carros da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana rondando a região da Praça da República, onde é possível ver objetos de pessoas em situação de rua.



Foto: Jihad Kassen Souza El Sayed, 2024.

Apresento o relato de José³, de 62 anos, um homem em situação de rua entrevistado na Praça da República. Fez muito calor no dia da entrevista. Conversamos sentados na calçada, em frente à entrada da estação de metrô "República", e ele fumava um cigarro enquanto me contava sobre o seu dia a dia. Comentou que trabalhava no setor do comércio antes de ficar em situação de rua,

³ Para garantir a privacidade dos entrevistados, os nomes de todos os interlocutores foram alterados.

condição que enfrenta há 10 anos e sempre ocupando a região do centro da cidade. Anteriormente, costumava ficar na Praça Princesa Isabel, onde convivia com outras pessoas e tinha mais facilidade em conseguir água para beber em dias quentes. Alegou que hoje prefere viver sozinho, sendo um dos motivos de ter migrado para a região da Praça da República, onde se alimenta, principalmente, de doações de um restaurante com o qual mantém uma relação positiva com o proprietário. Chega todos os dias às 16 horas para retirar sua marmita, a qual é, muitas vezes, a única refeição de seu dia.

Quando questionado sobre como consegue dinheiro, José diz que, na maioria das vezes, depende de esmolas, uma vez que, segundo ele, não há emprego para quem vive na rua. Ele ainda afirma que prefere não dormir em Centros de Acolhida, referindo-se a esses espaços como uma espécie de prisão de regime semi-aberto; por conseguinte, prefere usar seu papelão para dormir em alguma calçada. José demonstra ser um sujeito desconfiado - talvez tanto tempo vivendo no *sistema da rua* tenha o moldado dessa forma. Comenta que não confia em outras instituições de apoio às pessoas em situação de rua, como as ONGs e organizações religiosas de filantropia.

Manoel, de 60 anos, veio da Bahia para São Paulo trabalhar. Instalou-se em Itaquera, na zona leste da cidade, exercendo, por muito tempo, a função de vigia e repositor de supermercado. Casou-se duas vezes, sendo o último divórcio um dos motivos que o levou às ruas, ocupando a região da República desde seu primeiro dia sem habitação fixa. Ele menciona que seu único vício é o álcool, mas garante não ser um grande problema dado que não bebe todos os dias. Comenta que gosta de viver na rua, pois se sente livre para transitar e fazer suas vontades, mesmo com condições de vida precárias.

Ele aponta que já dormiu em Centros de Acolhida, porém não se sente confortável nesses lugares devido à burocracia que lhe toma tempo excessivo. Manoel prefere dormir em seu papelão, que carrega consigo constantemente, assim como todos os seus pertences. Quando questionado sobre o uso de barracas, ele comenta que já as utilizou, mas desistiu quando foi roubado pela segunda vez. Ainda aponta que dormir na barraca requer considerável esforço, porque é trabalhoso para carregar pela cidade. Além disso, de acordo com o entrevistado, deixar a estrutura montada enfeia o espaço público. Nos dias frios, aponta que as doações de cobertores são

fundamentais para pernoitar; quando chove, ele busca alguma marquise para se instalar.

Manoel alega receber em torno de 600 reais e um botijão de gás por mês através do Programa Bolsa Família. O gás é dispensado, uma vez que não é possível cozinhar, mas o dinheiro é utilizado para comprar doces, refrigerantes, salgados e roupas nas lojas mais populares da região, pagando em torno de 20 ou 30 reais em peças na promoção. Comenta que já trabalhou como catador de reciclável, mas que servia apenas como uma forma de conseguir algumas moedas para comprar bebida, prática que, atualmente, realiza com pouca frequência.

No entanto, ele aponta que se alimenta diariamente através de doações de comida. Alega que acorda todos os dias às 5 horas da manhã e dirige-se prontamente a algum ponto de doação em busca do café da manhã, relatando chegar cedo para evitar as longas filas. Faz todas as suas refeições dessa forma, visto que conhece muitos pontos de doações, como Centros de Acolhida, ONGs e instituições religiosas, listando diversos lugares na região em que é possível se alimentar. Perto das 17 horas, horário em que se inicia a distribuição de marmitas, Manoel se preparava para ir buscar o jantar.

Aparentou conhecer profundamente o arranjo geográfico do centro da cidade, sobretudo pela forma como descreve seus trajetos diários na busca por alimentação, além de saber identificar lugares seguros para evitar conflitos com outros indivíduos em situação de rua e com a polícia; afirma conhecer também os melhores locais para se instalar. No entanto, isso não garante que não terá dificuldades no seu dia a dia no *sistema da rua*, posto que já enfrentou inúmeros problemas como roubos e brigas. Ele costuma carregar uma sacola, onde armazena todos seus pertences: roupas, papelão para dormir e seu RG que, segundo relata, já está na décima via, devido a frequentes perdas e roubos. Afirma que é constantemente abordado por pessoas dos Centros de Acolhida, que são, na maioria das vezes, pessoas que já estiveram em situação de rua, oferecendo não somente espaço para pernoite, mas também para o suporte conforme suas necessidades.

Manoel indagou sobre a motivação da entrevista, expliquei meu interesse em entender os fatores que motivam/ocasionam a concentração das pessoas em situação de rua no centro da cidade. Ele respondeu de forma simples: as pessoas ficam no centro porque há doação de tudo que é necessário para a sobrevivência. Ainda, afirma

que com o que ganha no Bolsa Família, seria possível alugar um quarto para morar em alguma favela, mas que prefere ficar onde está. Refere que a vida em bairros periféricos é mais desafiadora, graças à escassez de doações e à restrição quanto à ocupação desses locais.

Em suma, o trabalho de campo realizado permitiu observar evidências do processo de *segregação do cotidiano* que compreende, entre outras coisas, estratégias de sobrevivência das pessoas que vivem na rua e seu processo de espacialização no território. As entrevistas realizadas viabilizaram avaliar o perfil da população em situação de rua enquanto sujeitos vulnerados, que se constituem, em sua maioria, enquanto homens, negros ou pardos, com baixa escolaridade, trabalhadores de baixa remuneração e provenientes de um contexto de instabilidade social. Isso, no limite, convoca a necessidade de desenvolver habilidades para se *virar* no *sistema da rua*, que implica conhecer o arranjo geográfico do centro e saber localizar locais para se evitar e para conseguir alimentação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho permitiu trazer alguns elementos sobre a população em situação de rua para o campo de estudos geográficos, principalmente por buscar compreender seu processo de espacialização na realidade urbana brasileira. A avaliação desse processo, no entanto, não esgota as reflexões sobre essa parcela da população, mas permite uma análise de um ponto de vista crítico enquanto contradição estrutural da produção do espaço na sociedade capitalista.

Por isso, segundo Sampaio (2013), pensar as contradições do espaço urbano no contexto brasileiro implica levar em consideração o caráter violento que permeia a produção do espaço, associado ao movimento de incorporação da terra na dinâmica de acumulação capitalista. Esse movimento fomenta a instituição da propriedade privada da terra, ocasionando a expropriação de inúmeras pessoas. Ocorre, em decorrência disso, a degradação da vida nas cidades, o que explicita os problemas urbanos como questão estrutural da produção capitalista do espaço.

A questão da moradia aparece como elemento central para a discussão sobre a população em situação de rua. Para Volochko (2013), nas atuais dinâmicas urbanas, o mercado imobiliário assume o dever do provimento de habitação popular, levando ao distanciamento da moradia do seu valor de uso, ou seja, ocorre a diluição da moradia como direito, passando a ser gestada como produto. Isso, em última instância, serve como interdição ao direito à moradia para pessoas em situação de rua, que se mantêm à margem do planejamento estatal por não possuírem recursos suficientes para custear uma habitação.

A negação das pessoas em situação de rua do acesso à moradia impossibilita, ademais, a plena experiência do cotidiano urbano. Para Damiani (1993), a habitação é entendida como atributo base necessário para o alcance das possibilidades urbanas. Assim, a produção habitacional, quando tratada como mercadoria, revela o impedimento do acesso ao cotidiano urbano pelas pessoas que vivem nas ruas, comprometendo a segurança social necessária à reprodução da vida na cidade.

A centralidade que compõe a região do centro de São Paulo surge como possibilidade de análise acerca da espacialização da população de rua na cidade. Alves (2013) assinala que centro da cidade de São Paulo perdeu a capacidade de mobilizar capital e concentrar elementos culturais e sociais, enfrentando um

aprofundamento da degradação da infraestrutura em decorrência do baixo investimento público em zeladoria. Verifica-se que o processo ocorrido no centro da cidade pode ser entendido através da tríade valorização/desvalorização/revalorização, assumindo um caráter eminentemente popular.

A autora ainda destaca que a centralidade que se constitui na região central da cidade é caracterizada por uma enorme variedade de comércios de caráter popular, como bares, restaurantes, lojas, entre outros. Percebe-se, outrossim, a significativa presença de grupos de doação de comida e aparelhos de assistência social, conhecidos como Centros de Acolhida. Esse conjunto de elementos que formam a centralidade de São Paulo viabilizam e justificam a territorialização das pessoas que vivem nas ruas, em um movimento contraditório de segregação que promove a ocupação desse segmento populacional no centro da cidade.

Nesse sentido, observou-se a correlação entre os locais de concentração de pessoas em situação de rua na subprefeitura da Sé e o pontos onde foram instalados os Centros de Acolhida. Independentemente da relação entre os fatores indutores e induzidos, é evidente que há um planejamento na distribuição dos aparelhos de assistência social, o que impacta na territorialização das pessoas que vivem nas ruas.

O processo de territorialização da população em situação de rua no centro da cidade implica a necessidade de desenvolver um conjunto de habilidades e estratégias para a sobrevivência no *sistema da rua*. Do ponto de vista de Holanda (2019), a condição precária da vida na rua convoca, em urgência, a elaboração de habilidades comunicacionais, conhecimento de valores, comportamentos e condutas que se apresentam como aspectos essenciais na rotina das pessoas submetidas às condições supramencionadas.

Por isso, segundo o autor, *se virar no sistema da rua*, em última instância, promove a construção de uma nova subjetividade daqueles que vivem nas ruas. Isso ocorre, principalmente, por se constituírem como indivíduos associados à violência, à privação e ao sofrimento. Nessa perspectiva, o Censo da População em Situação de Rua de 2021, realizado pela SMADS, permite caracterizar o perfil do grupo da população em questão. Foi possível constatar que a maioria dos indivíduos que vivem nas ruas de São Paulo é negro ou pardo (68,6%), possui uma média de idade de 41 anos, dispõe de um baixo nível de escolaridade e exercia, anteriormente, funções

profissionais de baixa remuneração. Esses indivíduos provêm de um contexto social caracterizado por acentuada instabilidade, uma vez que muitos chegaram à situação de rua em decorrência de conflitos familiares, vício em álcool e drogas e perda de emprego.

Diante disso, o trabalho de campo realizado neste trabalho buscou analisar a pessoa em situação de rua, associado à pesquisa que Sotero (2011) desenvolveu ao tratar dessa parcela da população. A autora, em vez de utilizar o termo “vulnerabilidade”, que diz respeito à suscetibilidade potencial ao perigo, enquadra a condição da população em situação de rua no termo “vulneração”. Isto é, essas pessoas estão expostas a possibilidades concretas de perigo, sobretudo por não terem moradia.

Portanto, todos os elementos tratados neste trabalho foram, em alguma medida, verificados em observações e entrevistas realizadas em trabalhos de campo. A condição de *segregação do cotidiano* da pessoa em situação de rua afirmada aqui, permite examinar o processo de destituição absoluta dos atributos urbanos, bem como avaliar como acontece a territorialização das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

Ao analisar as conversas realizadas com José e Manoel, constatou-se a excessiva dependência dos aparelhos de assistência social e dos comércios de caráter popular que compõem a centralidade da região. Isso, consequentemente, provoca a constituição de uma territorialização no seio da sociedade urbana, permitindo a construção de relações simbólicas e materiais e de necessidades que exprimem a urgência da reprodução da vida.

Acredito que a discussão aqui estabelecida neste trabalho demonstrou outras possibilidades de estudos sobre a problemática da produção do espaço urbano. Por conseguinte, a questão da população em situação de rua como problema estrutural da sociedade capitalista permite pensar, de maneira crítica, como se dá a espacialização dessa parcela da população, trazendo mais elementos para os estudos em Geografia. Finalmente, considero a revisão da literatura de grande relevância para o diálogo com os levantamentos realizados em trabalhos de campo e nos bancos de dados, o que, no limite, possibilitou uma análise ampla da condição precária da vida das pessoas que vivem nas ruas de São Paulo.

A fim de trazer mais elementos para o estudo da espacialização da população

em situação de rua na cidade de São Paulo, existem questões a serem tratadas em pesquisas futuras. A relação dialética que se constitui no movimento de destituição do cotidiano para a pessoa que vive na rua, caracterizada pela interdição do acesso pleno aos atributos urbanos, indica que, no entanto, há uma forte dependência dos fluxos estabelecidos pelas práticas espaciais para a reprodução da vida nas ruas. Há, também, a necessidade de dar visibilidade aos movimentos de luta da população em situação de rua, como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, além de projetos institucionais de melhoria das condições de vida dessa parcela da população. Cabe ainda nos debruçarmos acerca da questão LGBTQIA+, que expressa um recorte significativo desse grupo populacional, como também deve-se ressaltar a dependência química como um problema subjacente da vida nas ruas.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, G. A. **Transformações e resistências nos centros urbanos**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Crise Urbana*. 1. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

CARLOS, A. F. A. **O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade**. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.

_____. **A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico**. In: CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.; VASCONCELOS, P. A. (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. 1. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

_____. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Crise Urbana*. 1. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

DAMIANI, A, L. **A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I**. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06092022-095524/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

DIAS, A. L. F.; MIGLIARI, W. **O que o CadÚnico pode nos dizer sobre o fenômeno da população em situação de rua no Município de São Paulo?** Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Marginália Editora, 2022.

FISHER, M. **O realismo capitalista**. Tradução de Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018.

HOLANDA, J. G. **Se virando no sistema da rua**. *Porto Alegre: Civitas*, v. 19, n. 1, p. 28-44, jan.-abr. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: Resultados da População Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 nov. 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2015.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: Arche, 1981.

_____. **Espaço e política: O direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

_____. **Critique of everyday life. Volume 3: From modernity to modernism**. Londres: Verso, 2008.

LUCENA, W. L. **Território de exclusão**: a distribuição espacial da população de rua no centro de Patos/PB. *Cadernos do Logepa*, Paraíba, v. 8, n. 1-2, p. 103-126, jan./dez. 2013.

MACIEL, V. R. **Os herdeiros da miséria**: o cotidiano de mendicância no centro de Fortaleza. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2004.

Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. **População em situação de rua no Brasil**. Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em novembro de 2024.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Pesquisa Censitária da População em situação de Rua**. São Paulo, 2019. Disponível em:

<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209SMADS_ SP.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209SMADS_SP.pdf)>. Acesso em: nov. 2024.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

RODRIGUES, I. S. **A construção social do morador de rua**: derrubando mitos. Curitiba: Editora CRV, 2016.

SAMPAIO, R. A. **A violência do processo de urbanização**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Crise Urbana*. 1. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

SOTERO, M. **Vulnerabilidade e vulneração**: população de rua, uma questão ética. *Revista Bioética*, v. 19, n. 3, p. 799-817, 2011.

SPOSITO, M. E. B. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.; VASCONCELOS, P. A. (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. 1. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

VOLOCHKO, D. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10082012-183616/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

_____. **Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Crise Urbana*. 1. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.